

ELIAS MENDES OLIVEIRA

DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO DISTRITO INDUSTRIAL  
DE ELÓI MENDES (MG)

VIÇOSA (MG)  
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES  
CURSO DE GEOGRAFIA

DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO DISTRITO INDUSTRIAL  
DE ELÓI MENDES (MG)

Trabalho apresentado como requisito  
parcial da disciplina Monografia e  
Seminário (GEO 481).

Elias Mendes Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Ronan Eustáquio Borges

VIÇOSA (MG)  
2006.

Dedico esta pesquisa à minha família, que deixei um dia em busca de ciência e de uma profissão.

## AGRADECIMENTOS

A meus pais e irmãs, pelo apoio e pela confiança que em mim depositaram;

Aos meus familiares, pelo estímulo e amizade. Dentre estes, um agradecimento especial a minha tia, Ângela Maria Mendes, por sua atenção, disponibilidade e envolvimento direto na execução desta pesquisa, um auxílio valioso que em muito contribuiu para o seu desenvolvimento;

Ao meu amigo e “irmão” Rodrigo Pires da Silva, pela amizade e por dividir comigo os fardos e as alegrias da vida universitária;

Aos amigos de minha terra, pela amizade e pelos momentos de descontração;

Aos amigos que fiz em Viçosa, pelos bons momentos que vivemos, pelas conversas, brincadeiras, festas... Dentre estes, um agradecimento especial a Douglas Emiliano Januário Monteiro, Jaime Augusto dos Santos, Paolo Rossi Cardoso Franco, Márcio José Ladeira Mol e Inácio Alves de Amorim Júnior, companheiros para todos os momentos, sejam eles de alegria ou de tristeza, amigos inseparáveis nesta trajetória pela universidade; a Wesley Assis da Silva e David Henrique Rodrigues, amigos da inesquecível República Arapuca, onde vivi os melhores momentos em Viçosa e a Sonale de Souza Martins, minha amiga, parceira e confidente, que comigo dividiu os fardos e vitórias de vários trabalhos;

Ao meu orientador Ronan Eustáquio Borges, por me indicar os melhores caminhos a seguir no meio científico;

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

## SUMÁRIO

Lista de Tabelas	ii
Lista de Figuras	iii
Introdução	01
1 - Delimitação do tema e do problema/ revisão de literatura	04
2 - Do Arraial da Mutuca a Elói Mendes: uma caracterização socioeconômica pela história.	10
2.1 - Algumas palavras sobre a dinâmica socioeconômica de Elói Mendes	12
3 – A implantação do Distrito Industrial no município de Elói Mendes	16
3.1 – O convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Elói Mendes e a CDI-MG	23
3.2 – Políticas de incentivos	25
4 – Dinâmica socioespacial no Distrito Industrial de Elói Mendes	28
4.1 – Rede de relações estabelecidas pelas empresas localizadas no DI de Elói Mendes	37
4.2 – Redes de fluxos estabelecidos pelas empresas do Distrito Industrial de Elói Mendes	39
Considerações Finais	43
Referências Bibliográficas	46

## LISTA DE TABELAS

01 - População residente no município de Elói Mendes (MG) nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2005.	13
02 - População Economicamente Ativa (PEA) Empregada por Setores Econômicos no Município de Elói Mendes (MG) – 2000.	14
03 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes por Setores Econômicos no Município de Elói Mendes (MG) no período entre 1998 - 2002.	14
04 - População Total, Rural e Urbana dos Municípios que compõem a microrregião de Varginha (MG) – 2000.	18
05 - População Ocupada por Setores Econômicos nos municípios que compõem a microrregião de Varginha (MG) – 1970.	19
06 - População Ocupada por Setores Econômicos nos municípios que compõem a microrregião de Varginha (MG) – 2000.	20
07 - Produto Interno Bruto a preços correntes nos municípios que compõem a microrregião de Varginha (MG) – 2000.	21
08 - Áreas de Parcelamento do Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) em 1981 e 2002.	32
09 - Relação das empresas presentes no DI de Elói Mendes (MG), dos produtos que fabricam, do ano de instalação e dos incentivos recebidos (2006).	33
10 - Relação dos funcionários que trabalham no DI de Elói Mendes (MG) por sexo e ocupação dentro da empresa (2006).	35

## LISTA DE FIGURAS

01 – Localização do município de Elói Mendes (MG) em relação aos principais centros do país e da mesorregião do Sul de Minas – 2006.	10
02 – Divisão político-administrativa dos municípios que compõem a microrregião de Varginha (MG) – 2006.	17
03 – Localização do Distrito Industrial José Augusto Machado Filho na cidade de Elói Mendes (MG) – 2006.	28
04 – Vista parcial do Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.	29
05 – Planta do Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.	30
06 – Vista parcial da Rua Rio Verde no Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.	31
07 – Vista parcial da Rua Pontal no Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.	31
08 – Escolaridade média dos funcionários que trabalham no Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.	36
09 – Fluxos de matérias-primas estabelecidos pelas empresas do Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.	40
10 – Principais destinos da produção das empresas do Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.	42

## INTRODUÇÃO

Os Distritos Industriais (DI's) constituem espaços previamente planejados para a alocação das atividades industriais, onde há a preocupação de disponibilizar as infra-estruturas necessárias ao processo produtivo, como vias de acesso e de circulação adequadas, saneamento básico, energia elétrica, dentre outros.

Deste modo, estas áreas passaram a ser atrativas para os empresários, que ali teriam menos transtornos do que se estivessem nos centros das cidades, onde teriam problemas relacionados ao congestionamento do trânsito, produção de resíduos, poluição sonora, dentre outros.

Assim, desde que surgiram na Inglaterra, no final do século XIX, os DI's tornaram-se, para Oliveira (1976), o lócus privilegiado das atividades industriais, sendo implantados em diversos países, que, por meio da racionalização das atividades dentro do território, procuravam uma equidade espacial, através da recuperação de áreas estagnadas e pela inserção de regiões periféricas à economia nacional.

No Brasil, segundo a autora citada acima, os DI's passaram a ser introduzidos a partir da década de 1940, com a iniciativa do governo de Minas Gerais, que objetivava estimular a industrialização do interior, aumentando o seu peso na economia nacional.

Na década de 1970, de acordo com Oliveira (1976), diante da crise vivida pela região que concentrava a maior parte das indústrias do país, o eixo Rio – São Paulo, decorrente da economia de aglomeração, observou-se um maior estímulo à implantação de DI's pelo Brasil, como forma de descongestionar e descentralizar a atividade industrial no território.

Neste contexto, o governo mineiro criou a Companhia dos Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI – MG), instituição responsável pela implantação de DI's no Estado. Deste modo, a CDI-MG constituiu o órgão responsável pela escolha da melhor área para a criação de distritos nos municípios com os quais firmaria convênio, além de prestar assessoria técnica às prefeituras para a execução das obras necessárias.

Existem, atualmente, 51 DI's no estado de Minas Gerais criados pela CDI - MG, sendo que 41 estão em funcionamento e 10 em implantação. Estão funcionando os DI's localizados nas cidades de Alfenas, Itabira, Pouso Alegre, Araguari, Itajubá, Rio Pomba, Araxá, Itaúna, Sabará, Belo Horizonte, Ituiutaba, Santa Luzia, Betim, Juiz de



Fora, Santana do Paraíso, Conselheiro Lafaiete, Lavras, São João Del Rei, Contagem, Montes Claros, Sarzedo, Coronel Fabriciano, Nova Era, Sete Lagoas, Divinópolis, Passos, Três Pontas, Elói Mendes, Patrocínio, Uberaba, Extrema, Pedro Leopoldo, Uberlândia, Governador Valadares, Pirapora, Unaí, Ipatinga, Ponte Nova, Vespasiano, Varginha e Três Corações. Estão sendo implantados DI's nos municípios de Barbacena, Manhuaçu, Santa Vitória, Barroso, Mariana, Ubá, Curvelo, Paraopeba, Ijaci e Santos Dumont.

Um exemplo desse convênio entre Prefeitura Municipal e a CDI – MG é o DI de Elói Mendes, firmado no final da década de 1970. Contudo, o distrito data de 1986, quando foram aprovadas as primeiras leis de incentivos e a instalação das primeiras empresas. No período anterior a 1986, ocorreu a escolha da área adequada pela CDI – MG, a desapropriação de terrenos e as primeiras obras de infra-estrutura.

Nestes vinte anos de existência, empresas de diferentes ramos se instalaram no DI de Elói Mendes, e, atualmente, são responsáveis pela geração de uma grande parcela do emprego industrial no município. A oferta de empregos contribui para o aquecimento das atividades comerciais, possibilitando maior dinamismo da economia local.

Assim, visando compreender a dinâmica existente no DI de Elói Mendes, o presente trabalho se propõe a analisar todo o seu processo de criação, refletindo os fatores que possibilitaram a sua implantação, bem como os agentes envolvidos; as políticas de incentivos utilizadas para atrair as empresas; as redes de relações que as empresas do distrito estabelecem umas com as outras, com a Prefeitura Municipal e com sua força de trabalho; e os fluxos concebidos por meio de suas atividades (aquisição de matérias-primas e escoamento de mercadorias).

Os procedimentos metodológicos utilizados consistiram no levantamento bibliográfico sobre a temática em livros, artigos, revistas, anais de congressos e páginas eletrônicas de interesse científico, que constituíram o embasamento teórico da pesquisa; e a elaboração de dois roteiros de entrevistas: o primeiro foi aplicado junto aos diretores de empresas visando adquirir dados que caracterizassem sua estrutura e atividades; o segundo, foi elaborado e aplicado junto à prefeitura, para se compreender o processo de criação do DI, bem como as políticas de incentivos utilizadas para atrair as empresas.

Em seguida, foram realizadas uma série de visitas a campo, onde realizaram-se as entrevistas, o levantamento cartográfico e a produção do acervo fotográfico da área do DI. Os dados levantados nessas visitas foram sistematizados e, à luz do referencial teórico com que trabalhamos, permitiram a confecção deste trabalho monográfico.

Desta forma, pretende-se contribuir para a reflexão sobre os DI's no âmbito da Geografia Econômica, e para compreender melhor a dinâmica socioeconômica e espacial do município de Elói Mendes, onde poucas pesquisas neste sentido foram realizadas.

Nestes termos, o primeiro capítulo desta pesquisa discute o surgimento e a conceituação dos DI's, bem como a experiência brasileira na implantação deste tipo de organização do espaço industrial; o segundo capítulo apresenta as características socioeconômicas do município de Elói Mendes; no terceiro, são abordados os fatores que possibilitaram a implantação do DI nesse município e as políticas de incentivos utilizadas para a atração de empresas; e, no último capítulo, são apresentadas as características físicas do DI, bem como a caracterização das empresas presentes e as redes de relações que estas estabelecem. Encerrando a pesquisa, seguem as considerações finais.

## 1 – DELIMITAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA/ REVISÃO DE LITERATURA

Dentre as formas de organização espacial da indústria que, atualmente, tem sido evidenciada nos debates acadêmicos, estão os Distritos Industriais (DI's). A primeira noção de DI's surge na Inglaterra no final do século XIX, para designar, segundo Hissa (2003), “concentrações de pequenas e médias empresas (PME's) ao redor dos grandes centros industriais”.

Nesses distritos, as empresas de menor porte eram beneficiadas por uma série de fatores (economias externas) como o acesso à infra-estrutura, a presença de mão-de-obra treinada, além da possibilidade de um bom relacionamento entre as firmas, dentre outros elementos. Tudo isso possibilitou às empresas de menor porte uma considerável produtividade, o que, segundo Hissa (2003), garantiu um grande desenvolvimento social e econômico à Inglaterra no século XIX.

Oliveira (1976) define os DI's como sendo uma área industrial onde o planejamento promove a implantação de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento industrial. São, portanto, elementos de ordenação espacial e social, desenvolvimento industrial e intervenção do Estado na organização do espaço. Além disto, é o *locus* e um dos mecanismos da materialização do processo de industrialização e das relações industriais.

Já para Markusen (1995), um DI é uma área espacialmente delimitada, com uma nova orientação de atividade econômica de exportação e especialização definida, seja ela relacionada à base de recursos naturais, ou a certos tipos de indústria ou serviços.

Após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Oliveira (1976), vários países usaram desses instrumentos para fortalecer a atividade industrial. Os DI's foram muito utilizados para atingir vários objetivos: a) eliminar as disparidades regionais e desenvolver a economia local, no caso da Itália; b) acelerar o crescimento industrial (EUA); c) reabilitar regiões economicamente debilitadas (Reino Unido); d) incentivar pequenas indústrias (Índia); e) atrair capital estrangeiro (Porto Rico); f) descongestionar os centros industriais (México); g) ordenar a expansão industrial.

Os DI's derivam das transformações da atividade industrial, tanto em nível da racionalização da produção e de introdução de inovações tecnológicas; como de estrutura organizacional, e, de certa forma, tornam-se com o tempo espaços produtivos e

irradiadores de inovação e tecnologia, influenciando outros espaços produtivos e até mesmo a organização espacial regional e nacional.

Para as empresas, a (re)alocação ou instalação de unidades nesses espaços constitui um modo de fuga dos altos preços dos terrenos nas áreas centrais das cidades, evitando transtornos ambientais, e facilitando a circulação de seus produtos, matérias-primas e dos trabalhadores. Além disso, terão a possibilidade de conseguir algum tipo de incentivo e poderão usufruir do ambiente produtivo dos DI's, tecendo parcerias, unindo forças por melhores condições de produção. Deste modo, segundo Carlos (2001), as indústrias atuam na produção do espaço urbano, que se transforma para atender as necessidades do processo produtivo e de suas relações (circulação, distribuição e troca).

Oliveira (1976) propõe, de acordo com a função desenvolvida, a seguinte classificação para os DI's: monoprodutores, quando abrigam indústrias especializadas na fabricação de um tipo de produto; funcionais, quando a indústria se subdivide em unidades independentes, porém funcionam interligadas; auxiliares, que tem como base as pequenas indústrias que trabalham como subcontratadas de empresas de grande porte; de adestramento, que são aqueles que atraem pequenas indústrias, oferecendo instalações, treinamento e assistência técnica, esperando que estas cresçam; e de pesquisa, que envolvem conhecimento científico e tecnológico em grande escala.

Por sua vez, Markusen (1995), no âmbito das discussões sobre a (re)organização espacial da atividade industrial, propõe uma nova tipologia para os DI's, baseando-se na relação que as firmas mantêm com as outras do próprio distrito, e também com aquelas fora dele; na flexibilização do trabalho; na identificação dos trabalhadores com o distrito; na origem do mercado de trabalho; dentre outros fatores. A autora sugere a seguinte tipologia para os Novos Distritos Industriais (NDI's): Marshalianos, Centroradiais, Plataformas Industriais Satélite e DI's Ancorados pelo Estado.

As principais características dos NDI's Marshalianos são: preponderância de pequenas empresas locais; economias de escala pouco significativas; alta relevância das transações intra-distritais; decisões de investimentos tomadas localmente; contratos e compromissos de longo-prazo entre fornecedores e consumidores-intermediários locais; relacionamento pouco relevante com firmas fora do distrito; mercado de trabalho interno à região altamente flexível; trabalhadores mais identificados com o distrito do que com as empresas; altas taxas de imigração de trabalhadores e baixas taxas de emigração; fontes locais de financiamento a longo-prazo aos novos negócios; decidida

atuação dos governos locais na regulação e na promoção das principais indústrias; associações patronais fortes. O exemplo mais significativo deste tipo de NDI's foi vivenciado, a partir da década de 1970, na região italiana da Emilia-Romagna (Terceira Itália), que alcançou um grande desenvolvimento socioeconômico a partir da introdução deste tipo de organização industrial.

Já os NDI's denominados como Centro-radiais possuem características em que a organização do espaço ocorre em torno de uma grande firma e não pequenas e médias cooperando entre si como no caso Marshalliano. As principais características apresentadas são: estrutura econômica baseada em uma ou mais firmas verticalmente integradas; presença significativa de economias de escala; baixas taxas de renovação no rol de empresas-chaves atuantes no distrito; alta densidade de transações entre as firmas-chave e fornecedores locais; investimentos mais importantes decididos no âmbito do distrito; alto grau de cooperação e de ligações com firmas dentro e fora do distrito; mercado de trabalho interno ao distrito é pouco flexível; irrelevância da cooperação entre as firmas-chaves locais na assunção compartilhada de quaisquer riscos; altas taxas de imigração de trabalhadores e baixa emigração; serviços financeiros especializados; importante papel do governo local na regulação e na promoção das principais indústrias; alto grau de participação do setor público na provisão de infraestrutura; perspectivas econômicas regionais de longo-prazo dependentes dos setores industriais e das estratégias das firmas-chaves.

Os NDI's Plataformas Industriais Satélites têm como elemento fundamental a estrutura econômica centrada em grandes firmas, cujo controle e a propriedade são externos ao distrito. Apresentam outras características como: economias de escala de moderadas a altas; poucas alterações nas empresas presentes no distrito; transações intra-districtais mínimas; decisões de investimentos são tomadas fora do distrito; os compromissos com fornecedores locais são de pequeno prazo; cooperação com firmas fora do distrito; altas taxas de migração de trabalhadores - para fora e para dentro - os trabalhadores mais qualificados imigram; importância dos governos locais na provisão de infra-estrutura; perspectivas de crescimento ameaçadas pela possibilidade de transferência das filiais e de suas atividades para plataformas-satélites similares e que se mostrem mais atraentes.

Com relação aos NDI's Ancorados pelo Estado, Markusen (1995) retrata que estes são sustentados por empresas ou instituições públicas, possuindo vários aspectos: as relações intra-districtais significativas entre as instituições dominantes e os seus

fornecedores; decisões mais importantes sobre investimentos tomadas em diversas instâncias do governo; redes de negócios entre as instituições e as empresas fornecedoras e consumidoras locais; cooperação e negócios externos ao distrito; mercado de trabalho para pessoal qualificado; altas taxas de imigração de mão-de-obra; os governos locais participam pouco na promoção das principais atividades econômicas do distrito; perspectivas de longo prazo do distrito dependem das principais atividades públicas ou estatais locais.

No Brasil, os DI's foram construídos objetivando descentralizar e descongestionar o crescimento industrial das áreas centrais das cidades, evitando que cidades economicamente emergentes viessem apresentar problemas como os encontrados em São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Também, visavam incentivar a localização industrial em áreas previamente planejadas pelos governos, desenvolvendo áreas atrasadas, reduzindo desníveis regionais e ampliando o mercado consumidor.

Segundo Oliveira (1976), existiam duas estratégias básicas na criação dos DI's: a primeira era a atração de indústrias para novas áreas, devido ao congestionamento e a localização não planejada nos centros das cidades. A segunda, tinha o intuito de criar uma "equidade" espacial, implantando e promovendo novas regiões de localização industrial. Os DI's exerceriam o papel de gerar novos pólos, irradiando crescimento industrial em diferentes escalas.

Na década de 1970, o Brasil contava com 46 DI's (FREITAS, 1995), abrigando várias empresas, estando mais concentrados na região Sudeste (21) e Nordeste (16). A forte concentração dos DI's no Sudeste pode ser explicada pelo crescimento industrial e pela aglomeração produtiva dessa região. Já no Nordeste, pode ser elucidado pela explícita estratégia de planejamento visando gerar crescimento industrial.

O Estado de Minas Gerais foi o pioneiro na implantação deste tipo de aglomerado industrial, a partir da criação do Distrito Industrial Coronel Juventino Dias, em Contagem, em 1940. De acordo com Rodrigues (1983), começa a ocorrer na década de 1940, um processo de indução à industrialização pelo estado de Minas Gerais, adotando políticas desenvolvimentistas, seguindo o modelo nacional.

Aliados a isso, foram criados planos de recuperação econômica e fomento de produção e infra-estrutura (hidrelétricas, estradas, dentre outros) para instalação e crescimento das indústrias já existentes. Concomitantemente, houve a criação de empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce e a Usiminas, indústrias de base responsáveis pelo desenvolvimento de outras atividades.

Na década de 1950, a economia mineira mostrava traços marcantes na atividade industrial, a partir da participação do capital estrangeiro e nacional. Neste período, instalaram-se importantes empresas como a Belgo-Mineira, Mannesman, Alcan, Cominci e outras. Esses investimentos ocorreram em função da política de substituição das importações, implantados pelo governo federal, resultando em uma ampliação do parque industrial e da produção brasileira.

Já na década de 1970, a industrialização brasileira foi marcada pelo planejamento do governo militar e pela entrada de investimentos estrangeiros. Houve um grande desenvolvimento no parque industrial brasileiro, com a vinda de empresas motrizes, que contribuíram para a diversificação e o crescimento da economia brasileira.

Foi neste contexto e para dar prosseguimento a esta política de desenvolvimento, que o governo mineiro criou a Companhia dos Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG), o Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Como consequência, obteve-se um avanço e um dinamismo em seu parque industrial.

A CDI-MG<sup>1</sup> foi responsável por promover a criação de DI's em outras partes do Estado, avaliando as áreas onde seria interessante a introdução desse tipo de organização industrial, e, por promover

[...] estudos necessários à escolha mais adequada dentro do município, e, concluídos esses estudos preliminares, promove a compra ou desapropriação dos terrenos para posteriormente coordenar a execução das obras de infra-estrutura de acordo com os projetos de urbanização já concluídos. (OLIVEIRA, 1976, p. 51).

A CDI-MG concedia às empresas uma série de benefícios, como incentivos fiscais por determinado tempo e infra-estrutura para a implantação das unidades produtivas; fornece, também, apoio técnico às prefeituras municipais onde eram criados os distritos.

A CDI – MG teve importante papel na industrialização de Minas Gerais, por implantar, ao longo de seus trinta anos, DI's em diferentes partes do estado. Os dados mais recentes da CDI-MG (2005) revelam que existiam 51 DI's em Minas Gerais,

---

<sup>1</sup> A CDI – MG, atualmente, foi anexada pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG).

sendo que 41 estão em funcionamento e 10 em implantação. Os que estão em funcionamento localizam-se nas cidades de Alfenas, Itabira, Pouso Alegre, Araguari, Itajubá, Rio Pomba, Araxá, Itaúna, Sabará, Belo Horizonte, Ituiutaba, Santa Luzia, Betim, Juiz de Fora, Santana do Paraíso, Conselheiro Lafaiete, Lavras, São João Del Rei, Contagem, Montes Claros, Sarzedo, Coronel Fabriciano, Nova Era, Sete Lagoas, Divinópolis, Passos, Três Pontas, Elói Mendes, Patrocínio, Uberaba, Extrema, Pedro Leopoldo, Uberlândia, Governador Valadares, Pirapora, Unaí, Ipatinga, Ponte Nova, Vespasiano, Varginha e Três Corações.

Ainda estão em implantação os DI's das seguintes cidades: Barbacena, Manhuaçu, Santa Vitória, Barroso, Mariana, Ubá, Curvelo, Paraopeba, Ijaci e Santos Dumont.

Os mais importantes economicamente estão localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outros centros urbanos regionais como: Uberlândia, Uberaba, Passos, Varginha, Pouso Alegre, Itajubá, Sete Lagoas, Juiz de Fora e Governador Valadares. Da mesma forma, existem outros que deixaram de ser representativos, como o de Montes Claros e de Pirapora, devido, principalmente, às mudanças nas políticas de incentivos, e, ainda aqueles de pouca representatividade em pequenas cidades.

Além dos DI's criados pela CDI-MG, alguns municípios mineiros tiveram a iniciativa de implantá-los por conta própria, objetivando atrair ou (re)organizar as indústrias na municipalidade.

Tanto os DI's implementados por iniciativa do governo estadual, por meio da CDI-MG, quanto pelos governos municipais criaram políticas de incentivos à localização industrial, utilizando-se de isenções fiscais, doação de terrenos e infraestrutura e da destinação de áreas próprias para a instalação de indústrias.

Cabe salientar que existe uma grande diferenciação dos DI's no estado de Minas Gerais, quer seja pelo tamanho, a importância das empresas instaladas, os tipos de empresas, a forma de criação, a estrutura física, a organização das empresas e da força de trabalho, e a região em que estão inseridos.

Independente do gestor ou mentor, os DI's abrigam várias empresas que são responsáveis por grande parte da produção e do emprego industrial, tornando-se o *locus* privilegiado das indústrias. Também induziram o crescimento industrial de vários centros urbanos e a (re)organização dos espaços locais e, em alguns casos, regionais. O DI de Elói Mendes é exemplo de um DI que modificou a economia local.



## 2 – DO ARRAIAL DA MUTUCA A ELOI MENDES: UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA PELA HISTÓRIA

O município de Elói Mendes está localizado no Sul de Minas Gerais, na microrregião de Varginha. Está distante 328 km de Belo Horizonte, 340 km de São Paulo e 410 km do Rio de Janeiro, logo se encontra bem posicionado em relação aos principais centros econômicos do país (Figura 01).

A área municipal é de 498,62 Km<sup>2</sup>, sendo limítrofe com os municípios de Varginha, Paraguaçu, Três Pontas, Monsenhor Paulo e Cordislândia. A principal via de acesso consiste na BR – 491, que liga o município a Varginha, a Paraguaçu, e à rodovia Fernão Dias (BR – 381), distante 35 km.

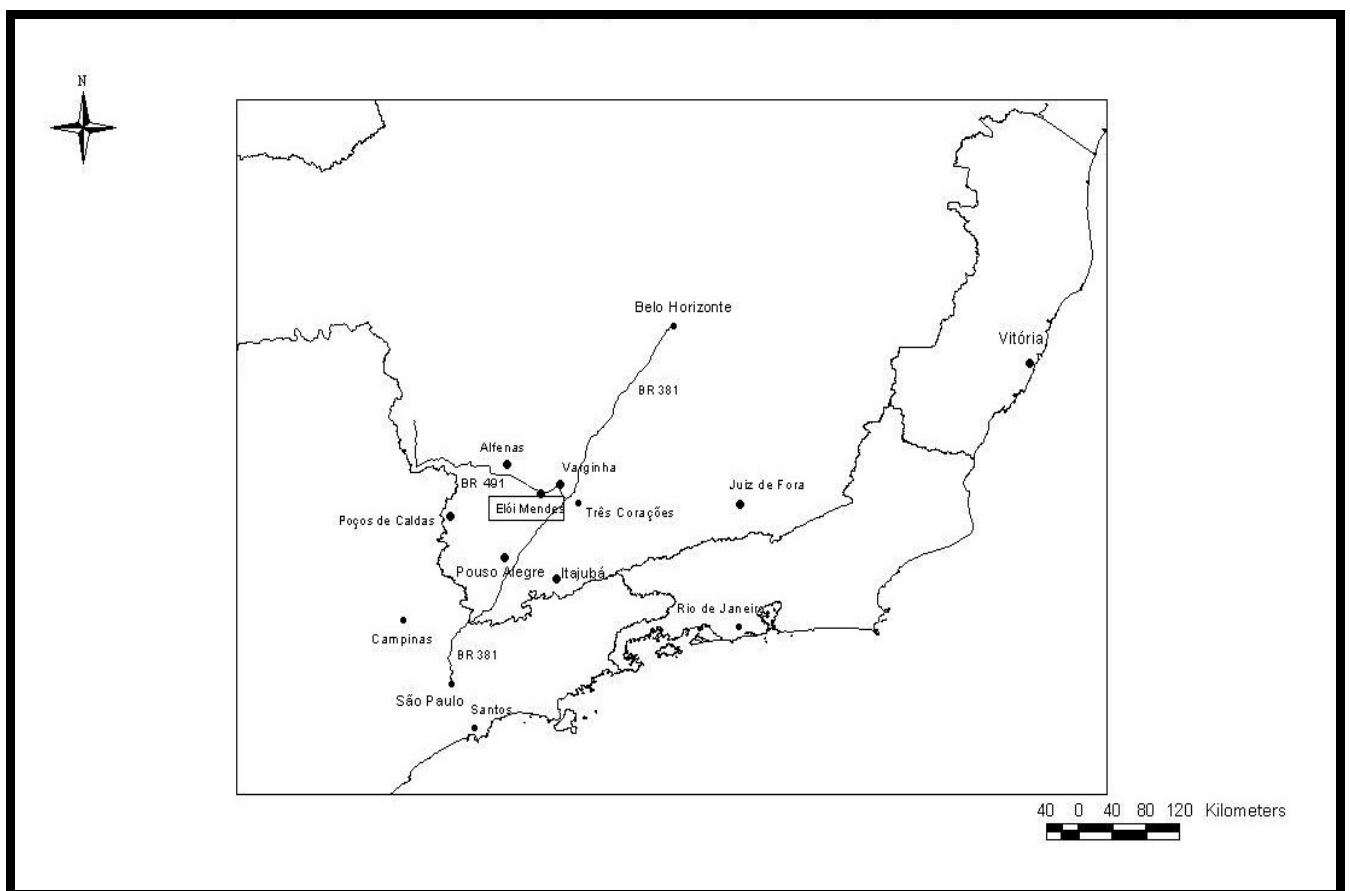


Figura 01: Localização do município de Elói Mendes (MG) em relação aos principais centros econômicos do país e da mesorregião do Sul de Minas – 2006.

Autor: Weslei Assis da Silva.

Elói Mendes pertence ao conjunto dos municípios banhados pelo Lago de Furnas. A represa situa-se ao norte da cidade, nos limites com os municípios de Três Pontas e Paraguaçu, onde há a junção dos principais rios que cortam o município: Rio Verde e Sapucaí, da Bacia do Rio Grande.

No tocante à estruturação do núcleo urbano, a cidade é formada unicamente por seu distrito-sede, construída sobre um terreno de topografia suave.

Para Biaggini (1999), o início da formação do atual município de Elói Mendes foi anterior a 1792, já que foi nesse ano que surgiram os primeiros relatos da existência de um arraial no local em que hoje é a cidade, pois há um registro na Diocese de Campanha de uma pessoa que faleceu no arraial da Mutuca (antigo nome da cidade). A partir deste documento, deduziu-se que suas origens datam do final do século XVIII.

Segundo este mesmo autor, em 1828, após a construção de uma capela por uma rica moradora do local, o arraial foi elevado a Distrito de Paz subordinado a Varginha, a quem pertenceu territorialmente. Neste período, devido à boa qualidade do solo para as atividades agrícolas, intensificou-se a ocupação das terras que hoje compõem o município.

Em 1850, o Distrito de Paz foi elevado à Paróquia, com o nome de Espírito Santo da Mutuca; posteriormente, em 1890, a Paróquia foi elevada a Distrito de Varginha, com o nome de Espírito Santo do Pontal.

No final do século XIX, segundo Biaggini (1999), uma série de melhorias foi realizada no distrito por influentes famílias locais, como a construção da primeira escola pública. Neste contexto, dentre os personagens que se destacaram na história do município, estava Joaquim Elói Mendes, Barão de Varginha, oficial do Exército Brasileiro e Juiz de Paz.

Diante da relativa autonomia em relação a Varginha, em função das melhorias realizadas, aliadas às pressões das famílias mais influentes, ocorreu, em 30 de agosto de 1911, a aprovação da Lei Estadual 556/11, que promoveu a emancipação político-administrativa e o desmembramento territorial do Espírito Santo do Pontal, sendo elevado a município, recebendo o nome de Elói Mendes em homenagem ao seu morador mais ilustre.

Durante todo o período relatado, as atividades econômicas do município eram basicamente ligadas à agropecuária. Inicialmente, o maior destaque foi para a produção de leite. Com a expansão da cultura cafeeira em meados do século XIX, o rebanho de gado leiteiro passou a dividir as terras e a quantidade de população empregada com as

plantações de café. Além do leite e do café, eram produzidos, em menor escala, milho e feijão.

As atividades agropecuárias sempre foram muito fortes em Elói Mendes, mantendo-se nos dias atuais. Até a década de 1970, as poucas indústrias que existiam no município estavam ligadas ao beneficiamento dos produtos agrícolas produzidos na própria localidade, principalmente leite.

A partir da década de 1970, outras indústrias instalaram-se no município, no entanto, é partir da década de 1980, que observamos um maior número de indústrias se fixando em Elói Mendes, principalmente após a implantação do Distrito Industrial José Augusto Machado Filho, em 1986.

A criação de um espaço apropriado para a alocação de indústrias no município foi um passo muito importante para a sua evolução econômica, dado que aumentou a oferta de empregos e estimulou o comércio local.

A instalação do DI em Elói Mendes foi o resultado da interação de uma série de fatores, como a localização privilegiada do município em relação aos principais centros econômicos do país, bem como sua proximidade à rodovia Fernão Dias (BR – 381); uma dinâmica microrregional favorável; além da ação política de personagens locais, que negociaram e efetivaram a parceria com a CDI - MG. Esses condicionantes serão discutidos com maiores detalhes posteriormente.

Após a década de 1980, com a instalação de indústrias não só no DI, mas também no tecido urbano, a economia local passou a mesclar as atividades industriais com as agrícolas, embora esta última, tradicionalmente, detenha o maior peso na geração de riquezas para o município.

O comércio e os serviços acompanharam a dinâmica econômica e tornam-se mais diversificados. Alguns serviços, outrora inexistentes na cidade, passaram a ser oferecidos, como auto-escolas e faculdade.

## 2.1 – Algumas palavras sobre a dinâmica socioeconômica de Elói Mendes.

Para melhor compreendermos a dinâmica socioespacial no DI de Elói Mendes, é preciso que antes tenhamos uma noção sobre seus aspectos socioeconômicos.

Elói Mendes consiste em um município de pequeno porte, com menos de 30.000 habitantes. Sua população, desde a década de 1980, é majoritariamente urbana, uma vez

que vivenciou o quadro de urbanização intensa pelo qual passou a sociedade brasileira na década de 1970. (Tabela 01).

Tabela 01: População residente no município de Elói Mendes (MG) nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2005.

Anos	Urbana	Rural	Total
1970	6.776	7.921	14.697
1980	9.344	7.642	16.986
1991	12.988	6.385	19.373
2000	17.019	4.888	21.907
2005 <sup>1</sup>			23.560

<sup>1</sup> Dados preliminares  
Fonte: IBGE, 2005.

Analisando a tabela acima, observamos que a população eloiense, em números absolutos, está estimada em 23.560 habitantes, de acordo com as previsões do IBGE, para o ano de 2005. Em 2000 (último censo), o município possuía 21.907 habitantes. Ao longo de todo o período analisado (1970 – 2005), a população teve um crescimento de 2.000 a 3.000 habitantes por década.

Percebemos também que, até a década de 1970, a população era majoritariamente rural. No entanto, na década de 1980, ocorreu a inversão entre a população que vive no campo e na cidade. Dentre os motivos, podemos citar o processo acentuado de urbanização da sociedade brasileira, a modernização da agricultura, e também a oferta de empregos no setor industrial e no comércio da cidade.

Além disso, parte das famílias que viviam no campo e se dedicavam às plantações de café, passaram a morar na cidade, já que os proprietários das terras passaram a disponibilizar o transporte para os trabalhadores na época da colheita, que é temporalmente bem definida, ocupando poucas semanas anualmente. Desta forma, mesmo morando na cidade, eles podem se dirigir bem cedo às plantações, trabalhar o dia todo, e retornar, ao final da tarde, para a cidade. Residindo na cidade, esses trabalhadores teriam a oportunidade de melhor educar seus filhos e chances de emprego no comércio e na incipiente indústria local.

Nas décadas de 1990 e 2000, acentuou-se a diferença entre a quantidade de pessoas que vivem na área urbana e rural. No último censo realizado pelo IBGE, em

2000, dos 21.907 habitantes, 77,7 % residiam na área urbana, ao passo que 22,3% vivem na área rural.

A maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) em Elói Mendes dedica-se às atividades do setor terciário (comércio de mercadorias e serviços), seguindo a lógica da economia contemporânea. No entanto, a quantidade de pessoas empregadas no setor primário (agropecuária, extração vegetal e pesca) é expressiva, dado o peso histórico das atividades agrícolas em sua economia. (Tabela 02).

Tabela 02: População Economicamente Ativa (PEA) Empregada por Setores Econômicos no Município de Elói Mendes (MG) – 2000.

Setores Econômicos	População Empregada
Agropecuário, extração vegetal e pesca.	39,1%
Industrial	16,9%
Comércio de Mercadorias e Serviços	44%
TOTAL	100%

Fonte: IBGE, 2005.

Analisando os dados da tabela, observamos que o setor terciário é o que mais emprega em Elói Mendes: 44%, contra 39,1% da agropecuária, extração vegetal e pesca, e 16,9% do ramo industrial.

Além de empregar a maior parte da PEA, o setor terciário é o responsável pela geração do maior PIB a preços correntes no município. Podemos comprovar isso com os dados apresentados na tabela a seguir, que mostram o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes movimentados no município por setores econômicos.

Tabela 03: Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes por Setores Econômicos no Município de Elói Mendes (MG) no período entre 1998 - 2002.

Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1998	14.573	30.885	33.830	79.288
1999	24.092	14.707	51.648	90.447
2000	21.755	17.035	54.952	93.742
2001	18.150	17.183	70.173	105.506
2002	28.276	22.021	75.127	125.424

Fonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 2006.

Em todos os anos analisados, o setor de serviços é o responsável pela geração dos maiores volumes de dinheiro para o município. Em seguida, aparece o setor agropecuário, e, por fim, o setor industrial. Os dados mais recentes (2002) revelam que,

do total de riquezas geradas na municipalidade, 59,90% tiveram origem no setor de serviços, ao passo que a contribuição do setor agropecuário foi de 22,55% e das indústrias de 17,55%.

O setor agropecuário, como dito anteriormente, tem na produção de café e de leite o seu maior peso econômico. Além desses, o milho, o feijão, a cana-de-açúcar, o arroz e a mandioca estão entre os principais produtos agrícolas cultivados em Elói Mendes. Também se criam bovinos, aves e suínos, com destaque para o primeiro.

O setor terciário conta com empresas que, em sua maioria, atuam no varejo. Tratam-se de pequenos e médios estabelecimentos comerciais que vendem produtos diferenciados, como roupas, alimentos, calçados, aparelhos eletrônicos, dentre outros. No tocante aos serviços, Elói Mendes possui alguns consultórios médicos, odontológicos e psicológicos, além de uma rede particular de escolas infantis, auto-escolas, e, recentemente, uma universidade particular (Universidade Presidente Antônio Carlos – Unipac), que fornece os cursos de Pedagogia e Normal Superior.

O setor secundário, responsável pela geração do menor volume do PIB e por empregar a menor parcela da PEA, é de grande importância para a economia local, visto que, para um município com menos de 30000 habitantes, esta proporção é expressiva.

A indústria local conta com empresas que atuam em setores diferenciados, sendo constituída basicamente por firmas de pequeno e médio porte. Existem empresas nos ramos de vestuário, alimentício, moveleiro, de construção civil, dentre outras, localizadas principalmente no DI do município.

### 3 – A IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE ELÓI MENDES (MG)

A implantação de um DI em Elói Mendes, um município de pequeno porte tradicionalmente ligado às atividades agropecuárias, foi resultado da interação de uma série de fatores, que não se reduzem unicamente às articulações políticas locais, mas também à dinâmica da microrregião em que está localizado e à sua posição geográfica.

A localização geográfica privilegiada do município no território nacional apareceu como um fator estratégico para a criação deste tipo de espaço produtivo. Elói Mendes está localizado 328 km de Belo Horizonte e 340 km de São Paulo, logo está diretamente ligado aos fluxos de mercadorias e pessoas estabelecidos por meio da rodovia Fernão Dias (BR – 381), que liga estes importantes centros econômicos, distante apenas 35 km da cidade (Figura 01).

Além da posição privilegiada em relação a capital paulista e mineira, a cidade do Rio de Janeiro, outro importante centro econômico, não se encontra muito distante (410 km). O município encontra-se, ainda, bem posicionado em relação a cidades importantes no contexto do estado de Minas Gerais, como Juiz de Fora (299 km), Poços de Caldas (150 km), Pouso Alegre (132 km), Itajubá (197 km), Alfenas (53 km), Três Corações (58 km) e Varginha (15 km) (Figura 01).

Assim, a criação de um DI em Elói Mendes representaria não só a facilidade de escoamento para importantes centros econômicos, mas também a oportunidade de exportação, uma vez que o município encontra-se não muito distante do Porto de Santos (SP) e de Sepetiba (RJ).

Além da localização geográfica privilegiada, acreditamos que a dinâmica da microrregião de Varginha constituiu um segundo fator determinante para a implantação do DI no município.

A microrregião de Varginha, pertencente à mesorregião do Sul de Minas, é composta por 16 municípios: Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Ilícinea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Tomé das Letras, Três Corações, Três Pontas e Varginha (Figura 02).

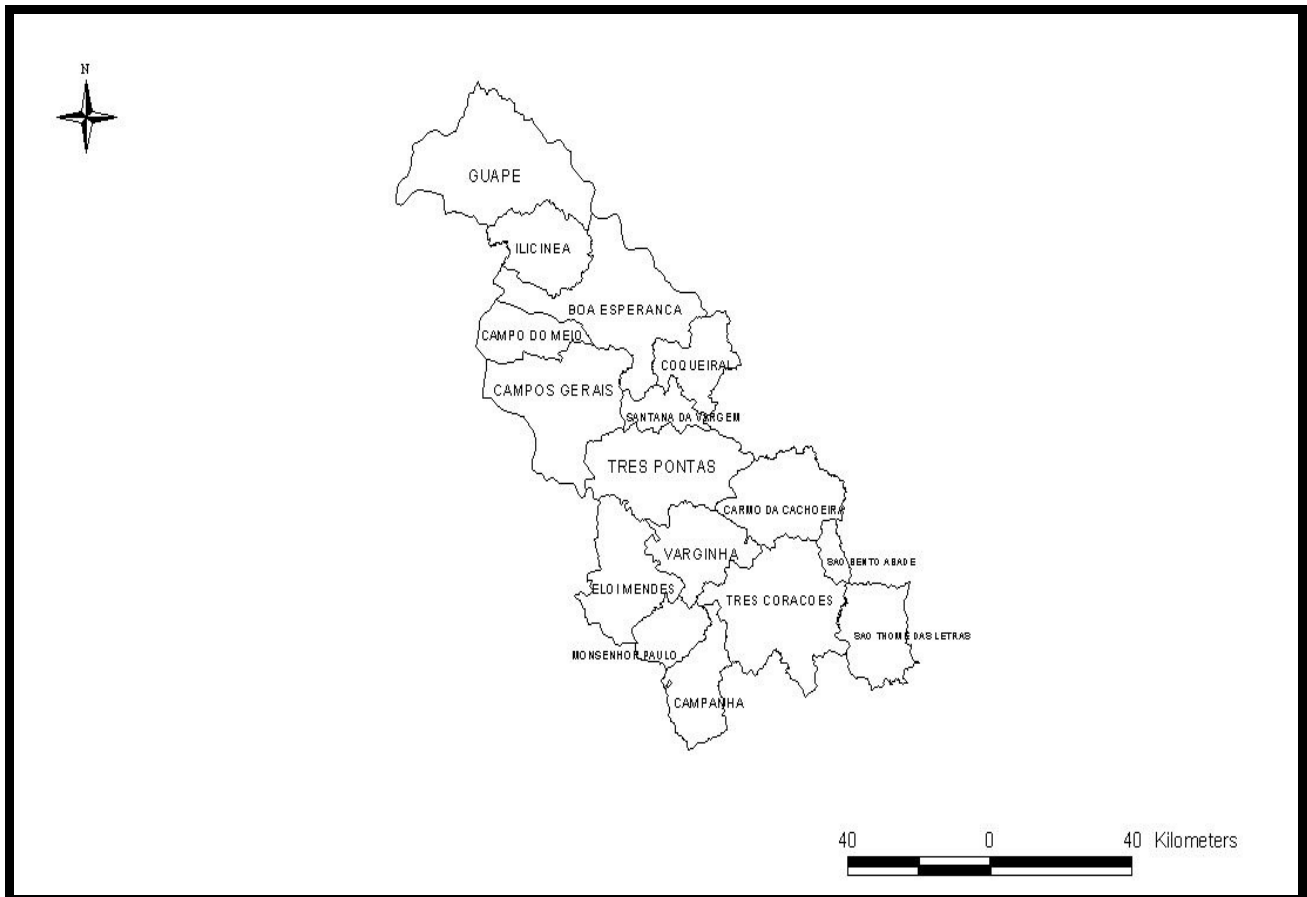


Figura 02: Divisão político-administrativa dos municípios que compõem a microrregião de Varginha (MG) – 2006.

Autor: Weslei Assis da Silva.

Para melhor compreendermos como a dinâmica microrregional atuou como um condicionante para a instalação do DI em Elói Mendes, faz-se necessário analisar algumas de suas características socioeconômicas.

No âmbito das características demográficas, a microrregião concentra a maior parte de sua população nas áreas urbanas, refletindo o processo de urbanização vivenciado no Brasil após a década de 1970, conforme mostra a tabela a seguir:



Tabela 04 – População Total, Rural e Urbana dos Municípios que compõem a microrregião de Varginha (MG) – 2000.

Municípios	População (2000)		
	Urbana	Rural	Total
Boa Esperança	30.537	6.658	37.195
Campanha	11.729	2.355	14.084
Campo do Meio	10.037	1.397	11.434
Campos Gerais	17.738	8.794	26.532
Carmo da Cachoeira	7.517	4.045	11.562
Coqueiral	6.118	3.491	9.609
Elói Mendes	17.019	4.888	21.907
Guapé	6.286	7.336	13.622
Ilicínia	7.503	2.856	10.359
Monsenhor Paulo	5.366	2.216	7.582
Santana da Vargem	4.694	2.820	7.514
São Bento Abade	3.453	284	3.737
São Tomé das Letras	3.169	2.977	6.146
Três Corações	58.332	6.873	65.205
Três Pontas	40.300	10.291	50.591
Varginha	103.499	4.785	108.284
Total	333297	72066	405363

Fonte: IBGE, 2005.

Ao todo, a microrregião possui uma população de 405.365 habitantes. Dez municípios, ou seja, a grande maioria possui uma população inferior a 20.000 habitantes. Três municípios possuem população entre 20.000 e 50.000 habitantes, enquanto dois possuem entre 50.000 e 100.000 habitantes. O município de Varginha, o centro microrregional, é o único que possui uma população superior a 100.000 habitantes.

Os seis maiores municípios: Varginha, Três Corações, Três Pontas, Boa Esperança, Campos Gerais e Elói Mendes detêm 76,4% da população da microrregião, contra 23,6% dos demais municípios (dez). A população é majoritariamente urbana, já que 82,22% dos habitantes vivem nas áreas urbanas e 17,78% na zona rural. Apenas o município de Guapé possui a maior parte de seus habitantes residindo no campo.

No tocante à PEA empregada por setores econômicos, da década de 1970 para 2000, o setor primário manteve a sua posição de maior empregador, principalmente nos municípios de menor porte; enquanto outros municípios, como Elói Mendes e Três

Pontas, vivenciaram a inversão entre o setor primário e o terciário no emprego de mão-de-obra, seguindo a lógica econômica da atualidade. (Tabela 05).

Tabela 05 – População Ocupada por Setores Econômicos nos municípios que compõem a microrregião de Varginha (MG) – 1970.

Municípios	PEA (1970)			Total
	Agropecuária	Indústria	Terciário	
Boa Esperança	53,5%	10,3%	36,2%	100%
Campanha	41,9%	10,5%	47,6%	100%
Campo do Meio	75%	4,3%	20,7%	100%
Campos Gerais	75,6%	4,9%	19,5%	100%
Carmo da Cachoeira	71,9%	7,4%	20,7%	100%
Coqueiral	75,3%	6,1%	18,6%	100%
Elói Mendes	62%	13,6%	24,4%	100%
Guapé	83,7%	2%	14,3%	100%
Ilicínia	69,9%	6,4%	23,7%	100%
Monsenhor Paulo	79%	5,6%	15,4%	100%
Santana da Vargem	82,5%	5,3%	12,2%	100%
São Bento Abade	89,8%	3,7%	6,5%	100%
São Tomé das Letras	67,7%	22,2%	10,1%	100%
Três Corações	27,8%	16%	56,2%	100%
Três Pontas	56,2%	11,2%	32,6%	100%
Varginha	20,7%	24%	55,3%	100%
Total	50,8%	13%	36,2%	100%

Fonte: IBGE, 2005.

Em 1970, a maior parte da população empregada na microrregião de Varginha ocupava-se das atividades agrícolas, principalmente da cafeicultura e da produção de leite. Em todos os municípios, com exceção de Três Corações e Varginha, que detinham um setor terciário expressivo, as atividades agropecuárias ocupavam a maior parte da PEA, sendo seguidas pelas atividades comerciais e de serviços. A atividade industrial, incipiente na microrregião, naquele momento, era mais consolidada em Varginha, que despontava como o centro industrial e comercial da microrregião.

Nestes termos, em 1970, 50,8% da PEA da microrregião trabalhava no setor primário; contra 36,2% no setor terciário e 13% no setor secundário.

Já em 2000, das 181.200 pessoas economicamente ativas na microrregião, 47,3% se dedicavam às atividades do setor terciário, ao passo que 34,1% às atividades agropecuárias e 18,6% às atividades industriais. (Tabela 06).

Tabela 06 – População Ocupada por Setores Econômicos nos municípios que compõem a microrregião de Varginha (MG) – 2000.

Municípios	População por setores Econômicos			Total
	Agropecuária	Indústria	Terciário	
Boa Esperança	42,6%	13,3%	44,1%	100%
Campanha	32,2%	21%	46,8%	100%
Campo do Meio	57,6%	9,6%	32,8%	100%
Campos Gerais	63,8%	7,4%	28,8%	100%
Carmo da Cachoeira	59,3%	8,7%	32%	100%
Coqueiral	62,9%	7,8%	29,3%	100%
Elói Mendes	39,1%	16,9%	44%	100%
Guapé	54,9%	15,7%	29,4%	100%
Ilicínia	58,5%	12,3%	29,2%	100%
Monsenhor Paulo	46%	24,6%	29,4%	100%
Santana da Vargem	61,3%	10,5%	28,2%	100%
São Bento Abade	62,8%	12,3%	24,9%	100%
São Tomé das Letras	28%	32,9%	60,9%	100%
Três Corações	17,2%	25,9%	56,9%	100%
Três Pontas	41,9%	13,9%	55,8%	100%
Varginha	11,1%	25,7%	63,2%	100%
Total	34,1%	18,6%	47,3%	100%

Fonte: IBGE, 2005.

Mesmo tendo um decréscimo de 16,7% da PEA, no período de 1970 a 2000, nove dos dezesseis municípios da microrregião mantiveram o setor primário como maior empregador, como Guapé, Ilicínea e Campos Gerais. Boa Esperança, Elói Mendes, São Tomé das Letras e Três Pontas vivenciaram a inversão entre o setor primário e o terciário na geração de postos de trabalho, ao passo que Varginha e Três Corações apenas aumentaram a proporção de pessoas trabalhando nas atividades comerciais e de serviços.

A atividade industrial, no período considerado, sinalizou um acréscimo médio de 5,6% na PEA. Em alguns municípios, como São Tomé das Letras e Três Corações, a PEA no setor secundário ultrapassou àquela empregada nas atividades agrícolas.

No tocante ao PIB gerado nos municípios por setores econômicos, o setor terciário é o responsável pelos maiores volumes de dinheiro, seguido pelas atividades industriais e pela agropecuária, conforme pode ser percebido na tabela abaixo:

Tabela 07 – Produto Interno Bruto a preços correntes nos municípios que compõem a microrregião de Varginha (MG) – 2000.

Municípios	PIB			Total
	Agropecuária	Indústria	Terciário	
Boa Esperança	32.294	21.403	101.580	155.277
Campanha	28.901	11.569	38.530	79.000
Campo do Meio	10.087	3.292	20.601	33.980
Campos Gerais	50.256	11.571	56.629	118.456
Carmo da Cachoeira	21.211	4.160	23.512	48.883
Coqueiral	15.388	2.163	18.000	35.551
Elói Mendes*	28.276	22.021	75.127	125.424
Guapé	20.087	4.461	28.401	52.949
Ilicínia	19.472	4.920	20.922	45.314
Monsenhor Paulo	7.846	11.917	16.586	36.349
Santana da Vargem	16.063	3.387	18.684	38.134
São Bento Abade	5.826	1.239	7.678	14.743
São Tomé das Letras	4.666	5.772	11.098	21.536
Três Corações*	39.852	253.933	228.777	522.562
Três Pontas*	60.186	41.870	156.693	258.749
Varginha*	20.867	374.594	619.127	1.014.588
Total	381.278	778.272	144.1945	2.601.495

\*Possuem DI's administrados pela CDI-MG/CODEMIG

Fonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 2006.

Analisando a tabela acima, podemos apreender que, para o conjunto dos municípios, o setor terciário contribuiu, em 2000, com 55,42% para o PIB municipal, contra 29,93% da indústria e 14,65% da agropecuária.

Em todos os municípios o setor terciário foi o responsável pela maior geração de riqueza. Em seguida, como segundo maior contribuinte apareceu o setor primário, com

exceção de Varginha, Três Corações, São Tomé das Letras e Monsenhor Paulo onde este papel foi exercido pela indústria.

Foi observado que as atividades agropecuárias são muito fortes na microrregião, ocupando, na maioria dos municípios, a maior parte da PEA e gerando um PIB expressivo, isso se deve ao fato da região se destacar na cafeicultura, base da economia regional. Em todos os municípios, a área ocupada por plantações de café é grande, devido à boa qualidade dos solos para este tipo de cultura.

É importante lembrar que a microrregião está diretamente sob a influência da rede de fluxos estabelecida pela Rodovia Fernão Dias (BR – 381), que passa por alguns de seus municípios: Varginha, Três Corações, Carmo da Cachoeira e Campanha. Esse fato provoca, pelo intenso fluxo, transformações espaciais e desdobramentos econômicos importantes que impactaram os municípios da microrregião.

Após a década de 1970, momento em que se começava a desafogar as grandes metrópoles da aglomeração industrial, esta rodovia, por ligar dois importantes centros econômicos do país, passou a se constituir em um eixo de industrialização. Foi neste contexto que municípios como Pouso Alegre, Três Corações, Varginha e Lavras tiveram um grande crescimento industrial e que o governo estadual, visualizando esta tendência, implantou DI's nos municípios de Varginha, Três Corações, Lavras, Pouso Alegre e Extrema, cortados pela rodovia.

Este fato influenciou diretamente na construção de um DI em Elói Mendes, que está distante apenas 35 km da BR – 381. Além disso, podemos citar a influência de Varginha, município mais próximo (15 km) e mais dinâmico dentro da microrregião, que polariza uma série de serviços, instituições públicas a nível regional e o maior número de indústrias.

A proximidade ao centro mais dinâmico da microrregião e à BR – 381 atrai a atenção dos empresários, que poderão encontrar, num município de menor porte, mão-de-obra barata e incentivos decorrentes da iniciativa do poder público em promover a industrialização local.

O último fator preponderante para a instalação do DI em Elói Mendes diz respeito à articulação política de pessoas do próprio município, que negociaram com a CDI-MG e com ela estabeleceram um convênio para a implantação deste tipo de organização da indústria na cidade.

As primeiras articulações entre a prefeitura municipal de Elói Mendes e a CDI – MG foram realizadas pelo prefeito que governou o município entre 1973 – 1977, que

tinha como principal objetivo desenvolver o município por meio da industrialização, buscando aumentar a oferta de empregos e a arrecadação municipal. Neste contexto, segundo Oliveira (1976), era comum a busca pela industrialização local pelos administradores públicos, visto que

a industrialização local tem sido encarada não somente ao fator multiplicador do emprego industrial como também a uma série de benefícios por ela gerados como a elevação da renda per capita do município, aumento dos gastos da população e conseqüente estímulo aos estabelecimentos comerciais e de serviços, elevação na arrecadação municipal, etc [...]. (OLIVEIRA, 1976, p. 22).

Com este intuito, aproveitando-se da iniciativa do governo estadual em industrializar o interior por meio da implantação de DI's, a prefeitura, por meio da Lei Municipal 1150/76, firmou um convênio com a CDI-MG para a criação da área industrial da cidade.

O prefeito seguinte, do mesmo modo que seu antecessor, priorizou a industrialização local, avançando nas negociações com a CDI – MG. Na sua gestão (1977 – 1983) houve as permutas dos terrenos que iriam compor o DI, bem como foi assinado o contrato que estabeleceu as responsabilidades das partes envolvidas neste processo: a Prefeitura Municipal e a CDI-MG. Além disso, articulou-se a criação de bairros populares no município, como o Bairro Traituba (Companhia de Habitação – COHAB).

No mandato compreendido entre 1983 – 1988, o DI recebeu as primeiras indústrias, iniciando o ciclo de crescimento industrial no município.

Enfim, os fatores que explicam o interesse da CDI – MG em criar um DI em Elói Mendes, um município tradicionalmente ligado à agropecuária, vão desde a localização privilegiada deste no território nacional à articulação política local, até uma dinâmica microrregional favorável, devido à concentração de indústrias nos municípios de Varginha e Três Corações.

### 3.1 – O convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Elói Mendes e a CDI – MG

No final da década de 1970, a CDI-MG e o governo municipal de Elói Mendes iniciaram o processo de negociação para a instalação de um DI no município. A posição privilegiada do município, próxima à Fernão Dias, e uma dinâmica microrregional

favorável, uma vez que estavam sendo instalados os distritos industriais de Três Corações e Varginha, aliada ao interesse da municipalidade em firmar um convênio, tornou viável a execução dos projetos para a construção de um DI em Elói Mendes.

Em 1976, foi aprovada a Lei Municipal 1150/76 que dispõe sobre a aprovação do convênio entre a Prefeitura Municipal e a CDI – MG. Por este convênio, o poder público deveria adquirir e liberar em seu território uma área de cerca de 500.000 m<sup>2</sup> e transferi-la para a CDI-MG, que se encarregaria de escolher as áreas mais adequadas para a criação da área industrial no município, bem como elaborar e executar todas as obras urbanísticas necessárias, por conta própria ou por meio de concessionárias de serviços públicos. Deste modo, apenas a CDI-MG se encarregaria dos aspectos técnicos do projeto, ficando a prefeitura impossibilitada de aprovar qualquer alteração sem o seu consentimento.

No entanto, foi no período posterior a 1977, que observamos avanços nas discussões em torno do DI. Estabeleceu-se que a melhor área para a instalação do distrito seria próxima ao núcleo urbano, junto à rodovia BR – 491 e à Estação de Tratamento de Água. Uma vez situado próximo à rodovia, as empresas teriam facilidades para escoar a sua produção. A proximidade ao núcleo urbano facilitaria a locomoção da mão-de-obra.

Sendo assim, por meio da Lei Municipal 1233/79, o Poder Público adquiriu, através de permuta com uma empresa, uma área de 25 alqueires, junto à BR – 491, avaliada, à época, em 5.000.000,00 de cruzeiros, para a implantação da área industrial da cidade. Na negociação, o município cedeu à empresa um terreno com 60 alqueires em um bairro rural do município, avaliado no mesmo valor.

A Lei Municipal 1241/79 aprovou a permuta de 24,5 alqueires, contíguos àquele adquirido por meio da Lei Municipal 1233/79. Uma parcela deste imóvel iria compor, juntamente com o terreno já adquirido pela prefeitura, o DI do município, enquanto outra parcela seria utilizada para a criação do núcleo residencial da Companhia de Habitação/COHAB (Bairro Traituba).

Uma vez adquirida a área onde seria instalado o distrito, foi preciso regularizar as negociações por meio de uma legislação específica e formalização em cartórios. A Lei Municipal 1252/79 autorizou a prefeitura a transferir uma área de 351.000 m<sup>2</sup> para a CDI – MG, para a construção do DI do município. Caso o terreno fosse utilizado com qualquer outra finalidade, retornaria ao patrimônio municipal. A Lei Municipal 1255/80

especificou que a transferência do terreno para a CDI – MG foi feita por meio de doação.

Na primeira metade dos anos 1980, iniciaram-se as obras de infra-estrutura na área do DI. Naquele momento foram abertas as vias de circulação interna e a via de acesso, a rede de saneamento básico e de abastecimento de água, as instalações elétricas, dentre outras.

A partir de 1986, as empresas começaram a construir suas plantas industriais no distrito. Estas firmas foram atraídas por uma série de fatores, dentre eles, a política de incentivos contidos na Lei Municipal 1407/86, que será discutida mais adiante.

Por meio da Lei Municipal 1423/86, o município isentou do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e de outras taxas municipais os terrenos de propriedade da CDI-MG. Com a Lei Municipal 1424/86, o DI passou a ser denominado Distrito Industrial José Augusto Machado Filho.

Nos anos seguintes, as empresas foram se instalando no DI, atraídas pela existência de uma área própria reservada às atividades industriais e pelas políticas de incentivos adotadas pela Prefeitura Municipal.

No convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e a CDI – MG, ficou evidente que a CDI - MG se encarregaria dos detalhes técnicos do empreendimento, analisando e aprovando os projetos de instalação de firmas, bem como qualquer outra alteração física em suas estruturas. À prefeitura coube a tarefa de atrair as empresas, mediando as negociações entre estas e a CDI – MG, e a manutenção periódica das vias públicas, do sistema de abastecimento de água e de esgoto, da drenagem das águas pluviais e da limpeza.

### 3.2 – Políticas de incentivos

Uma vez delimitada a área industrial no município, e disponibilizadas uma série de infra-estruturas essenciais para o funcionamento de indústrias, foi preciso criar alguns mecanismos para a atração de empresas para o DI.

Primeiramente, convém ressaltar que a presença de uma área reservada às atividades industriais, especialmente bem localizada no território nacional, já representa um grande atrativo às empresas. Uma vez instaladas em espaços apropriados, evitariam alguns transtornos que certamente teriam se estivessem no centro da cidade, como congestionamento do trânsito, poluição sonora, dentre outros. Além disso, a



disponibilidade de água, energia elétrica e de vias de circulação adequadas constituem outros atrativos neste tipo de espaço.

No entanto, para tornar o distrito ainda mais atrativo, foi preciso que a prefeitura aprovasse algumas leis. Deste modo, em 1986, foi aprovada a Lei Municipal 1407/86, que regulamentou a política de incentivos tributários e de doação de terrenos. De acordo com o segundo artigo desta lei, a prefeitura concederia a isenção de tributos municipais, por um prazo de até dez anos, a todas as indústrias que se instalassem no município, desde que recrutassem dez ou mais empregados.

O terceiro artigo da lei especificou as relações estabelecidas no DI. Pela lei, as empresas que quisessem levar suas plantas industriais para o distrito, deveriam, primeiramente, firmar um contrato particular com a CDI-MG, que avaliaria o projeto, podendo aprová-lo ou não. Uma vez aprovado, se a empresa não cumprisse os prazos e condições estabelecidas pela CDI-MG, reembolsaria ao município o valor estabelecido no contrato.

No quarto artigo da lei foi explicitado que se uma empresa solicitasse a doação de terreno, junto à CDI – MG, o município consignaria o prazo máximo de 180 dias para a implantação e operacionalização, sob pena de reversão do terreno, que retornaria ao patrimônio municipal.

Analisando a Lei Municipal 1407/86, que foi reafirmada pela Lei Municipal 168/91, podemos observar que a grande preocupação consistiu na geração de empregos para o município, e não em determinar um tipo específico de indústria para o DI.

Além da doação de terrenos e isenção de tributos municipais, as leis municipais 1407/86 e 168/95 estabeleceram, ainda, o auxílio financeiro do poder público na construção de galpões, que seria regulamentado por leis posteriores.

Várias outras leis foram criadas visando possibilitar ao município ou à prefeitura a liberdade de negociação ou a doação de algum benefício fiscal, material ou financeiro às empresas que fossem se instalar no DI.

A título de exemplo, podemos citar a Lei Municipal 25/89 que aprovou a aquisição de 24000 m<sup>2</sup> no distrito para doar ao Armazéns Gerais Carapina Ltda; a Lei Municipal 422/95, que regulamentou a doação de um galpão de 600 m<sup>2</sup> a Tubominas Indústria e Comércio LTDA; e também a Lei Municipal 447/95, que dispôs sobre a cessão de um galpão (1045,81 m<sup>2</sup>) e seu respectivo terreno (8576,50 m<sup>2</sup>) à Fábrica de Fios e Linhas Marte S/A, atual Vênus Têxtil Ltda, sob a garantia de geração de, no mínimo, 30 empregos fixos.

Mais recentemente, o governo municipal sancionou a Lei 894/05, que instituiu o Programa de Incentivo Empresarial (PROEM), atual política de incentivos de Elói Mendes. Esta lei tem como objetivo estimular e criar facilidades às empresas que pretendam implantar, ampliar ou realocar suas instalações no município, atentando para as áreas de expansão urbana ou o DI.

Esta lei prevê a cessão de terrenos por meio de comodato; a preparação destes terrenos, que envolvem desde obras de terraplanagem, até a mediação junto aos órgãos públicos e empresas de prestação de serviços essenciais para a execução das redes de abastecimento de água, coleta de esgotos, distribuição de energia elétrica e telecomunicações; desapropriação de imóveis com a finalidade específica de expansão industrial; e propiciar áreas e locais adequados para o funcionamento de novas empresas a serem instaladas, com o pagamento, provisório, de aluguéis dos imóveis utilizados para a instalação.

Na cessão dos incentivos acima listados, a prefeitura terá preferência pelas firmas que gerarem o maior número de empregos, além do uso de matérias-primas locais. Da mesma forma, observará os impactos ambientais que poderão resultar das atividades da empresa.

Uma vez demonstrado o interesse das empresas pelos incentivos municipais, estas deverão enviar uma série de documentos, bem como todo o projeto de sua planta industrial, e os possíveis impactos ambientais concebidos por suas ações para a Prefeitura Municipal, que irá avaliar a viabilidade da cessão dos incentivos.

Em suma, a política de incentivo girou em torno de incentivos fiscais municipais e doação de lotes e infra-estrutura para a implantação das unidades industriais ou comerciais.

#### 4 – DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO DISTRITO INDUSTRIAL DE ELÓI MENDES

O DI de Elói Mendes está localizado junto à margem direita (sentido Varginha – Elói Mendes) da BR – 491, a 1,4 km do entroncamento desta rodovia com a Avenida Dom Pedro II, principal via urbana do município. Possui uma área de 351.000 m<sup>2</sup>. (Figura 03 e 04).

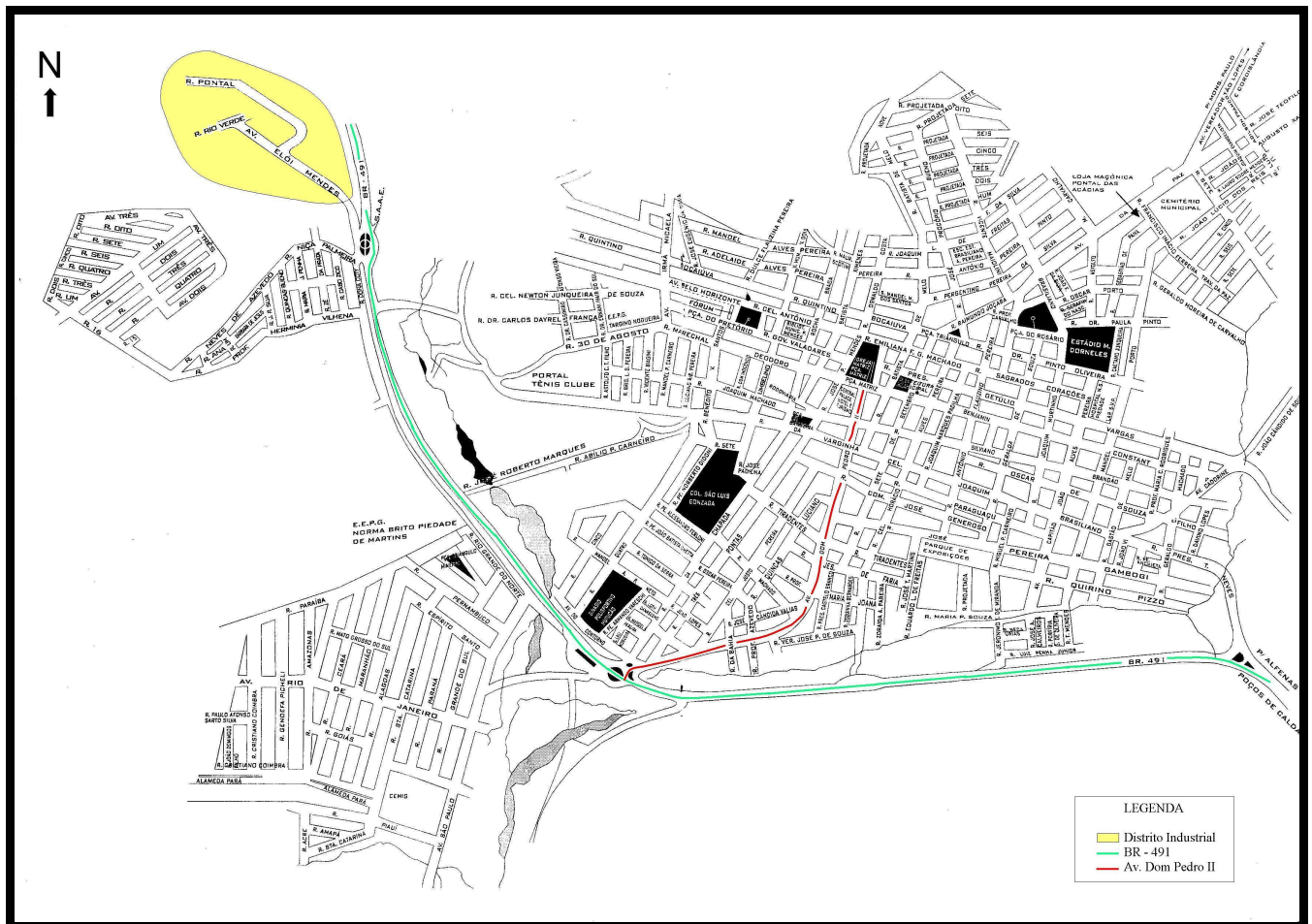


Figura 03: Localização do Distrito Industrial José Augusto Machado Filho na cidade de Elói Mendes (MG) – 2006.

Fonte: Prefeitura Municipal de Elói Mendes, 2006.

Autor: Weslei Assis da Silva.



Figura 04: Vista parcial do Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006. (Ao fundo)

Autor: Elias Mendes Oliveira

A localização do distrito nesta área tinha uma lógica específica: uma vez próximo à rodovia, as empresas teriam maiores facilidades para a aquisição das matérias-primas, bem como o escoamento rápido de suas mercadorias. Além disso, por meio da BR – 491, o distrito estaria em comunicação com a rodovia Fernão Dias (BR – 381).

A proximidade à área central constitui outro ponto importante para a localização do distrito, que não poderia ser muito distante, evitando que os trabalhadores deprendessem muito tempo com transporte. Além disso, junto à cidade, seria mais fácil levar até a área distrital a infra-estrutura básica necessária ao funcionamento da indústria (energia, rede de água e esgoto, transporte coletivo, etc).

Quanto à sua estrutura, o traçado urbanístico inicial proposto pela CDI – MG previa um sistema viário com dois anéis internos e rampas suaves, que seriam destinadas às pequenas e médias empresas. Contudo, com a possibilidade de demanda por terrenos por empresas de maior porte, este traçado foi modificado, passando a ser constituído por uma via principal, que liga o DI à BR – 491, e duas secundárias. Recentemente, uma nova via de circulação foi aberta.

Todas as vias de circulação são asfaltadas, e sua manutenção periódica é de responsabilidade da prefeitura. Durante os trabalhos de campo (abril de 2006), foi constatado que estas não apresentam boas condições (Figuras 06 e 07), apresentando buracos. A maior parte dos diretores das empresas, nas entrevistas realizadas nesta ocasião, reclamou dos buracos, mas informaram que não dificultavam suas ações e estavam cientes da manutenção que seria realizada em breve pela prefeitura. Contudo, para a entrevistada da empresa Alimentos Agroindustrial Ltda, as vias são inadequadas, cheias de buracos e com um sistema de escoamento pluvial ruim.

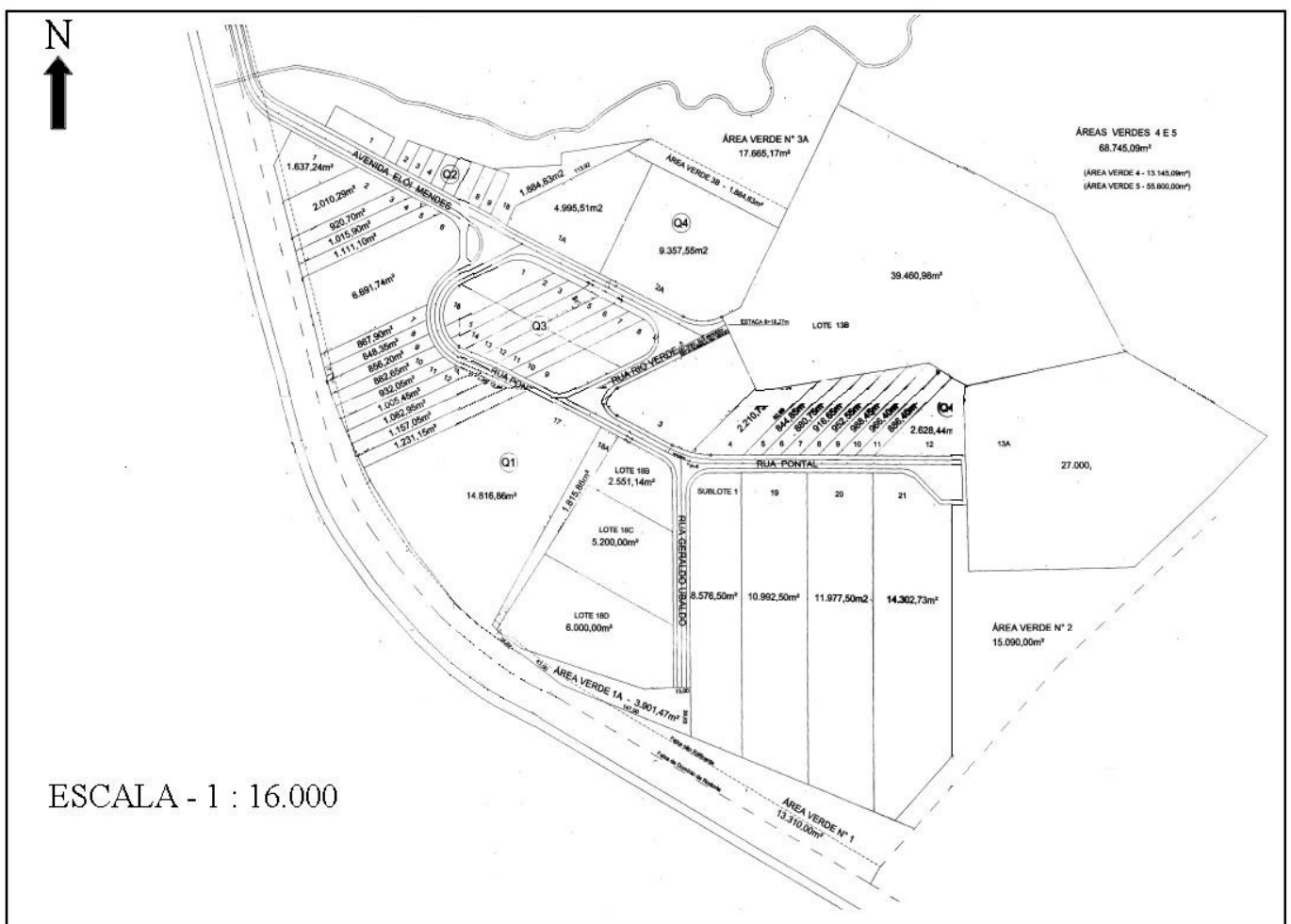


Figura 05: Planta do Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Elói Mendes, 2006.





Figura 06: Vista parcial da Rua Rio Verde, no Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.  
Autor: Elias Mendes Oliveira.



Figura 07: Vista parcial da Rua Pontal, no Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.  
Autor: Elias Mendes Oliveira.

No tocante à setorização das atividades dentro distrito, o projeto da CDI – MG (1981) estabelecia áreas de uso industrial, de administração, do sistema viário e áreas verdes, que formariam um cinturão em torno das quadras. A área verde número cinco, por possuir uma maior extensão (55.600,00 m<sup>2</sup>) e topografia de baixa declividade deveria ser utilizada para atividades de lazer.

No entanto, se observamos a atualização do parcelamento das atividades no DI levantadas pela prefeitura, em 2002, percebemos que a setorização atual difere daquela proposta pela CDI – MG. (Tabela 08).

Tabela 08: Áreas de Parcelamento do Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) em 1981 e 2002.

Usos	Projeto da CDI – MG (1981)		Último Levantamento (2002)	
	Área (m <sup>2</sup> )	% do total	Área (m <sup>2</sup> )	% do total
Industrial	217.540,91	61,98	211.684,41	60,31
Áreas Verdes	116.695,17	33,25	120096,56	34,36
Administração	850,00	0,24	850,00	0,24
Sistema Viário	15.914,00	4,53	17.869,03	5,09
Total	351.000,00	100	351.000,00	100

Fontes: Projeto de Loteamento do Distrito Industrial de Elói Mendes/ CDI – MG, 1981.  
Prefeitura Municipal de Elói Mendes, 2006.

Podemos afirmar, analisando a tabela acima, que as áreas para o uso industrial ocupam a maior parte da área distrital, tanto no projeto da CDI – MG, quanto no último levantamento realizado pela prefeitura. Do mesmo modo, observamos que, de 1981 para 2002, houve um acréscimo na área ocupada pelo sistema viário de 1.955,03 m<sup>2</sup>, originado pela abertura de mais uma via de circulação no DI, que não existia no projeto inicial; e também um aumento das áreas verdes de aproximadamente 3.400,00 m<sup>2</sup>. Na área verde número cinco, onde estavam previstas atividades de lazer, nenhuma obra foi feita no sentido de torná-la um espaço de entretenimento. Por fim, a área destinada à administração do distrito permaneceu a mesma (850,00 m<sup>2</sup>), embora nenhum prédio para a execução desta atividade tenha sido levantado.

Atualmente, o DI é ocupado por nove empresas, que atuam em ramos diferenciados. Duas das firmas não constituem indústrias: a Recrisul, que consiste em uma empresa de reciclagem; e a ANNA Comércio de Café, que apenas revende café,

não realizando nenhum tipo de processamento dos grãos. A tabela a seguir mostra as características das empresas que compõem o distrito eloicense.

Tabela 09: Relação das empresas presentes no DI de Elói Mendes (MG), dos produtos que fabricam, do ano de instalação e dos incentivos recebidos (2006).

Nome da Empresa	Produtos que fabrica	Ano de instalação	Incentivos recebidos
Alimentos Agroindustrial LTDA	Beneficiamento de arroz, produzindo biscoitos e outros produtos integrais	1995	Cessão de terreno
ANNA Comércio de Café	Revenda de Café	2000	Ajuda da prefeitura para o fechamento do terreno (R\$8.000,00)
Armazéns Gerais Carapina	Armazenamento e processamento de grãos de café para a exportação	1989	Cessão de terrenos
C.A. Petrone LTDA	Cartões magnéticos, avisos de porta para hotéis e cartões para transportes coletivos	1988	Cessão de terreno
G.R. Móveis	Mesas de cozinha e móveis tubulares	1998	Cessão de terreno
Recrisul	Coleta de produtos recicláveis (alumínios, vidros, papéis, plásticos, etc...)	2002	Nenhum
Souza Cambos Confecções	Calças, jaquetas, bermudas, camisetas e outras peças de roupa em jeans	2000	Nenhum
Tubominas Indústria e Comércio LTDA.	Tubetes de papelão reciclado	1986	Ajuda para a construção de um galpão
Vênus Têxtil LTDA	Linha 10 para pipa em diversas metragens e linha para costura de uso doméstico e industrial.	1996	Construção de Galpão e cessão de terrenos

Fonte: Levantamento realizado nas visitas a campo em abril de 2006.



As empresas que atualmente compõem o DI eloiense se instalaram em momentos diferentes. As empresas Tubominas Indústria e Comércio Ltda, C. A. Petrone e Armazéns Gerais Carapina foram as primeiras a se instalar, na década de 1980. Na década de 1990, vieram para o distrito a Alimentos Agroindustrial Ltda, GR Móveis e Vênus Têxtil Ltda. As empresas que se instalaram mais recentemente são a Souza Cambos Confecções, ANNA Comércio de Café e Recrisul.

Embora nenhum dos entrevistados tenha indicado a presença de uma área reservada às atividades industriais como incentivo, acreditamos que todas elas desfrutam deste atrativo. Além disso, muitas receberam algum outro tipo de incentivo da prefeitura, como a doação de terreno, ajuda financeira, ou auxílio na construção de galpões.

No âmbito das atividades que desempenham, as empresas ANNA Comércio de Café e Armazéns Gerais Carapina dedicam-se à revenda de café. A primeira apenas revende os grãos, ao passo que a segunda promove o seu processamento. Ambas alegaram como motivo para a sua instalação no distrito a boa localização do município na região do Sul de Minas, que se destaca na cafeicultura.

No setor de vestuário também existem duas empresas: a Vênus Têxtil Ltda, que fabrica linhas para costura de uso doméstico e industrial; e a Souza Cambos Confecções, que produz peças para o vestuário masculino e feminino em jeans.

Completando o conjunto das empresas, temos a Alimentos Agroindustrial Ltda, que atua no setor alimentício, produzindo biscoitos e outros produtos integrais; a G.R. Móveis, do setor moveleiro, que fabrica mesas de cozinha e móveis tubulares; C.A. Petrone, que fabrica cartões magnéticos, avisos de porta para hotéis e cartões para transportes coletivos; e a Tubominas Indústria e Comércio Ltda, que produz tubetes de papelão reciclado. A empresa Recrisul atua no ramo da reciclagem de produtos em alumínio, vidro, papel e plástico, e está construindo um novo galpão.

As empresas instaladas no DI de Elói Mendes empregam 992 pessoas, o que corresponde a 9,95 % da PEA do município, e 58,8% do pessoal que trabalha no setor industrial, no ano de 2000 (dados mais recentes). Deste modo, observamos o peso que as empresas presentes no distrito desempenham nas atividades industriais do município, empregando mais da metade do pessoal do setor secundário.

Dentre as empresas do DI, a Souza Cambos Confecções se destaca, uma vez que emprega 42,33% dos trabalhadores do distrito. Em sua maioria, são costureiros que confeccionam as peças em jeans para a empresa. Em seguida, com 38,3%, o Armazéns

Gerais Carapina aparece como segundo maior empregador. Juntas, estas empresas empregam 80,63% dos trabalhadores do distrito, constituindo as empresas de maior porte e as únicas que são filiais<sup>2</sup>. As demais empresas, que são matrizes e de menor porte, são responsáveis pela geração de 19,37% dos empregos ofertados no DI. (Tabela 10).

Tabela 10: Relação dos funcionários que trabalham no DI de Elói Mendes (MG) por sexo e ocupação dentro da empresa (2006)

Nome da Empresa	Listagem dos funcionários por sexo		Listagem dos funcionários por ocupação		Total de Funcionários
	Masculino	Feminino	Administração	Produção	
Alimentos Agroindustrial LTDA	7	10	3	14	17
ANNA Comércio de Café	6	2	2	6	8
Armazéns Gerais Carapina*	323	57	50	330	380
C.A. Petrone LTDA	21	7	9	19	28
G.R. Móveis	8	-	3	5	8
Recrisul MJ	10	-	2	8	10
Souza Cambos Confecções*	252	168	4	416	420
Tubominas Indústria e Comércio LTDA	50	10	15	45	60
Vênus Têxtil LTDA	17	44	5	56	61
<b>Total</b>	<b>694</b>	<b>298</b>	<b>93</b>	<b>899</b>	<b>992</b>

\* Empresa Filial

Fonte: Levantamento realizado nas visitas a campo em abril de 2006.

A maior parte dos empregados pertence ao sexo masculino, 69,95% contra 30,05% do sexo feminino, o que pode ser explicado pelos tipos de atividades exercidas no distrito. Algumas empresas necessitam que seus funcionários carreguem um volume de carga expressivo (café, tubos, alumínio prensado, madeira, dentre outros), disponibilizando mais empregos para indivíduos do sexo masculino. Com exceção das

<sup>2</sup> A empresa Souza Cambos Confecções têm a sua matriz no município de São Paulo (SP) e o Armazéns Gerais Carapina em Serra (ES).

empresas Alimentos Agroindustrial Ltda e Vênus Têxtil Ltda, todas as outras têm um maior número de homens como operários. Empresas como G.R. Móveis e Recrisul não empregam nenhuma mulher.

Os trabalhadores estão concentrados nas etapas de produção, que absorvem 89,6% da mão-de-obra. Esta característica pode ser explicada pelo pequeno volume de tecnologia empregado nas atividades produtivas e pelo fato de que algumas empresas, pelas suas características produtivas, necessitam de muita mão-de-obra na produção, como a Souza Cambos Confecções, que precisa de muitos costureiros e de atividades manuais no acabamento das peças de roupas. Além disso, como as empresas são de pequeno porte, geralmente os proprietários ficam encarregados das atividades administrativas.

Com relação à escolaridade média dos trabalhadores do DI, 55,55% possuem o Ensino Médio Incompleto; 33,34% o Ensino Médio Completo, e 11,11% o Ensino Fundamental Completo. (Figura 08).

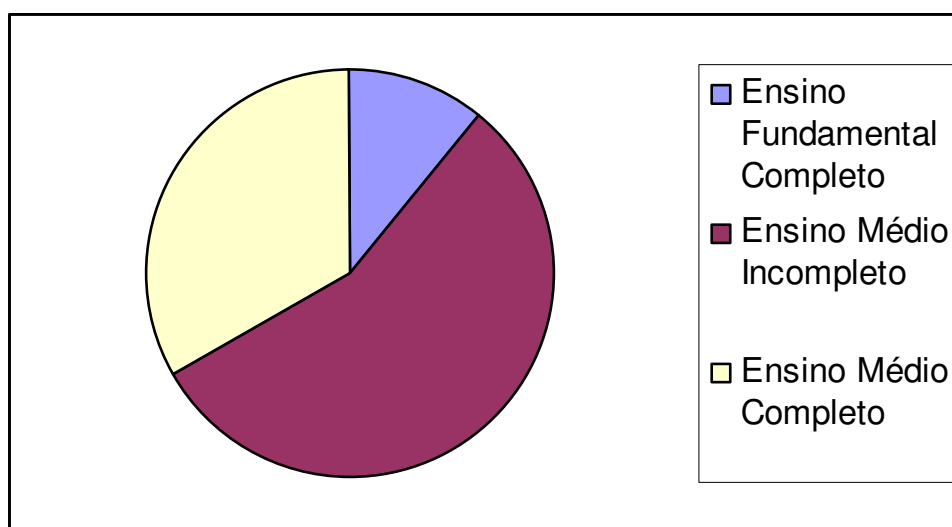


Figura 08 – Escolaridade média dos funcionários que trabalham no Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.

Fonte: Levantamento realizado nas visitas a campo em abril de 2006.

O maior emprego de pessoas com baixa escolaridade se deve ao uso pouco expressivo de tecnologia em seus processos produtivos. Atividades como costura, fabricação de móveis, carregamento/descarregamento de café ou coleta de materiais recicláveis não constituem atividades que exigem uma escolaridade elevada.

Apenas quatro das empresas presentes realizam investimentos no desenvolvimento de novas tecnologias. A Souza Cambos Confecções investe na

produção de novos tecidos, principal matéria-prima que utiliza. O Armazéns Gerais Carapina, por meio de um treinamento contínuo, procura se adequar às normas e padrões de qualidade para a exportação de café. A Tubominas Indústria e Comércio Ltda investe no desenvolvimento de novos tipos de adesivos; ao passo que a C.A. Petrone, cujo processo produtivo envolve muita tecnologia, investe na geração de arquivos de banda magnéticas e códigos de barra.

#### 4.1 – Rede de relações estabelecidas pelas empresas localizadas no DI de Elói Mendes

Uma vez em atividade, as empresas estabelecem uma série de relações inter-empresariais, com o poder público, com sindicatos, associações e cooperativas. Estas relações permeiam o cotidiano das firmas, que precisam receber as matérias-primas utilizadas em seus processos produtivos, escoar a sua produção, negociar com a sua mão-de-obra, desenvolver novas tecnologias para obter algum diferencial no mercado, realizar e receber pagamentos, etc.

Baseando-se nesta prerrogativa, convém delinear as relações estabelecidas pelas empresas internamente ao DI de Elói Mendes, bem como àquelas efetivadas com outros órgãos públicos, associações e Prefeitura Municipal, para que melhor possamos compreender a dinâmica deste espaço produtivo.

Em relação ao poder público local, as relações geralmente restringem-se ao momento da instalação da empresa, ou seja, às políticas de incentivos discutidas anteriormente e à burocracia necessária quando se pretende erguer uma planta industrial no município. Além disso, a Prefeitura é a responsável pela manutenção periódica das estruturas físicas do distrito, que deverá estar em boas condições para o desenvolvimento satisfatório das atividades empresariais.

Não foi levantado nas entrevistas nenhum outro tipo de relação entre as empresas e a Prefeitura. Não existem convênios ou parcerias para a locomoção de funcionários, desenvolvimento de tecnologia, programas sociais, dentre outros.

Internamente, observou-se que são praticamente nulas as relações entre as empresas instaladas. O fato de atuarem em setores diferenciados, que exploram mercados diversos, explica este fenômeno. Ainda assim, a empresa Recrisul, esporadicamente, compra os resíduos que poderão ser reciclados, como papelão, tecidos, plásticos, dentre outros, eliminados pelas demais empresas.

Quanto às relações estabelecidas com empresas que não estão presentes no distrito, ocorrem a partir de atividades terceirizadas ou parcerias. As atividades ligadas ao transporte de mercadorias são terceirizadas pela C.A. Petrone, Tubominas Indústria e Comércio Ltda, Alimentos Agroindustrial Ltda e ANNA Comércio de Café.

Além do transporte, a Alimentos Agroindustrial terceiriza os serviços de contabilidade; o Armazéns Gerais Carapina, os serviços de manutenção de equipamentos; a C.A. Petrone, os serviços de personalização de arquivos, envelopamento e de cortes; e a Souza Cambos Confecções a parte do diferenciado (trabalhos artesanais). As empresas G.R. Móveis e Recrisul não terceirizam nenhum tipo de serviço. Vale lembrar, também, que uma das empresas presentes no distrito é subcontratada, a Alimentos Agroindustrial Ltda, que tem parte de sua produção comprada por outra empresa.

Com exceção da Vênus Têxtil Ltda e da Recrisul, todas as empresas do DI mantêm convênio com a Associação Comercial e Industrial de Elói Mendes (ACIEM). Esta instituição atua como intermediária em diversas ações das empresas, como a cobrança de dívidas e negociações com as firmas que oferecem planos de saúde. Do mesmo modo, disponibiliza a consulta para os empresários ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e o seu salão, para que possam ministrar cursos de qualificação e/ou outros eventos.

No âmbito das relações estabelecidas entre as empresas e sua força de trabalho, existem empresas que fornecem certos benefícios aos funcionários, como cestas-básicas mensais (Souza Cambos Confecções e Tubominas Indústria e Comércio Ltda); planos de saúde (Armazéns Gerais Carapina, Souza Cambos Confecções, Tubominas Indústria e Comércio Ltda), seguro de vida (ANNA Comércio de Café), ou transporte (G.R. Móveis, C.A. Petrone e Tubominas Indústria e Comércio Ltda).

No tocante à relação com os sindicatos, não foi constatado nenhum indício de sindicalização local ou de qualquer outra forma de organização da força de trabalho, o que ocorre também em outros DI's de mesmo porte, conforme relatado no trabalho de Oliveira e Borges (2006). Isso se deve ao pequeno porte das empresas presentes e também pelo fato de atuarem em setores diferenciados.

#### 4.2 – Redes de fluxos estabelecidos pelas empresas do Distrito Industrial de Elói Mendes

Além de diferenciarem-se quanto ao setor de atuação, as empresas presentes no DI caracterizam-se pelos diferentes alcances de suas atividades, tanto na aquisição de matérias-primas, quanto no escoamento da produção. Empresas como a Recrisul e GR Móveis possuem uma área de atuação a nível regional; ao passo que o Armazéns Gerais Carapina e Vênus Têxtil Ltda possuem um alcance internacional, atingindo países como Argentina, Chile e Estados Unidos (Figuras 09 e 10).

No âmbito da aquisição das matérias-primas utilizadas, observamos que a(s) empresa(s):

- Alimentos Agroindustrial Ltda utiliza o arroz produzido na região Sul do Brasil, em São Paulo e no Sul de Minas;
- C. A. Petrone utiliza bandas magnéticas e plásticos vindos de Cotia (SP);
- Tubominas Indústria e Comércio Ltda adquire o papelão reciclado e os adesivos da capital paulista e mineira e do estado de Santa Catarina;
- Souza Cambos Confecções utiliza tecidos, botões, linhas e tinturas vindas dos estados de São Paulo, Ceará, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Minas Gerais;
- ANNA Comércio de Café e Armazéns Gerais Carapina utilizam o café cultivado na região do Sul de Minas;
- Recrisul tem atuação local, adquirindo o material reciclado unicamente no território municipal;
- G.R. Móveis adquire as madeiras e colas compradas na capital paulista;
- Vênus Têxtil Ltda utiliza fios diversos produzidos na Paraíba e em São Paulo.

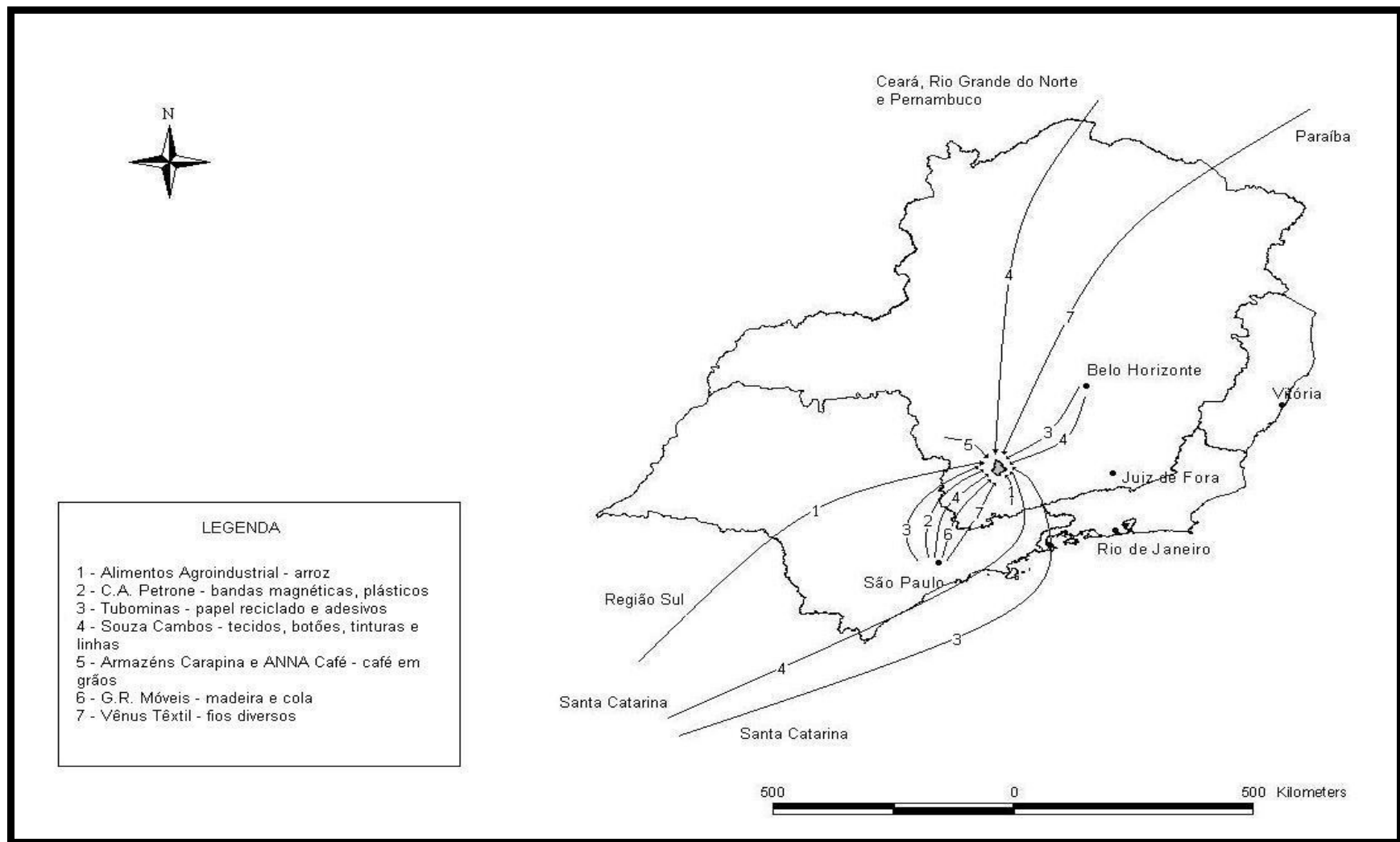


Figura 09: Fluxos de matérias-primas estabelecidos pelas empresas do Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) – 2006.  
 Autor: Weslei Assis da Silva.

Em relação ao escoamento do que é produzido no DI de Elói Mendes, a(s) empresa(s):

- Alimentos Agroindustrial Ltda promove o beneficiamento do arroz, produzindo biscoitos e outros produtos integrais que são vendidos em São Paulo;
- C. A. Petrone, produtora de cartões magnéticos, vende seus produtos, basicamente, para os estados da Região Sudeste;
- A Tubominas Indústria e Comércio fabrica tubetes de papelão reciclado que serão utilizados por empresas de fogos de artifício e embalagens nos estados da região Sul e Sudeste e no estado do Amazonas (AM);
- Souza Cambos Confecções repassa toda a sua produção (peças de roupas em jeans) para a matriz em São Paulo, de onde é vendida para todo o país;
- ANNA Comércio de Café revende café para o estado de São Paulo;
- Recrisul e G. R. Móveis possuem alcance regional: a primeira revende materiais recicláveis (alumínio, vidros, papelão e plásticos) para o Sul de Minas e Zona da Mata Mineira; e a segunda, produz mesas de cozinha e móveis tubulares para lojas do Sul de Minas;
- Armazéns Gerais Carapina exporta o café processado para várias partes do mundo, principalmente para os E.U.A, Canadá, países do Oriente Médio e da União Européia. A exportação é feita via porto de Santos (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Nenhuma parcela de sua produção é destinada ao mercado nacional;
- Vênus Têxtil Ltda produz linhas em diversas metragens de uso doméstico e industrial, que são vendidas no mercado nacional e em alguns países da América do Sul, como Argentina, Chile, Bolívia e Peru.



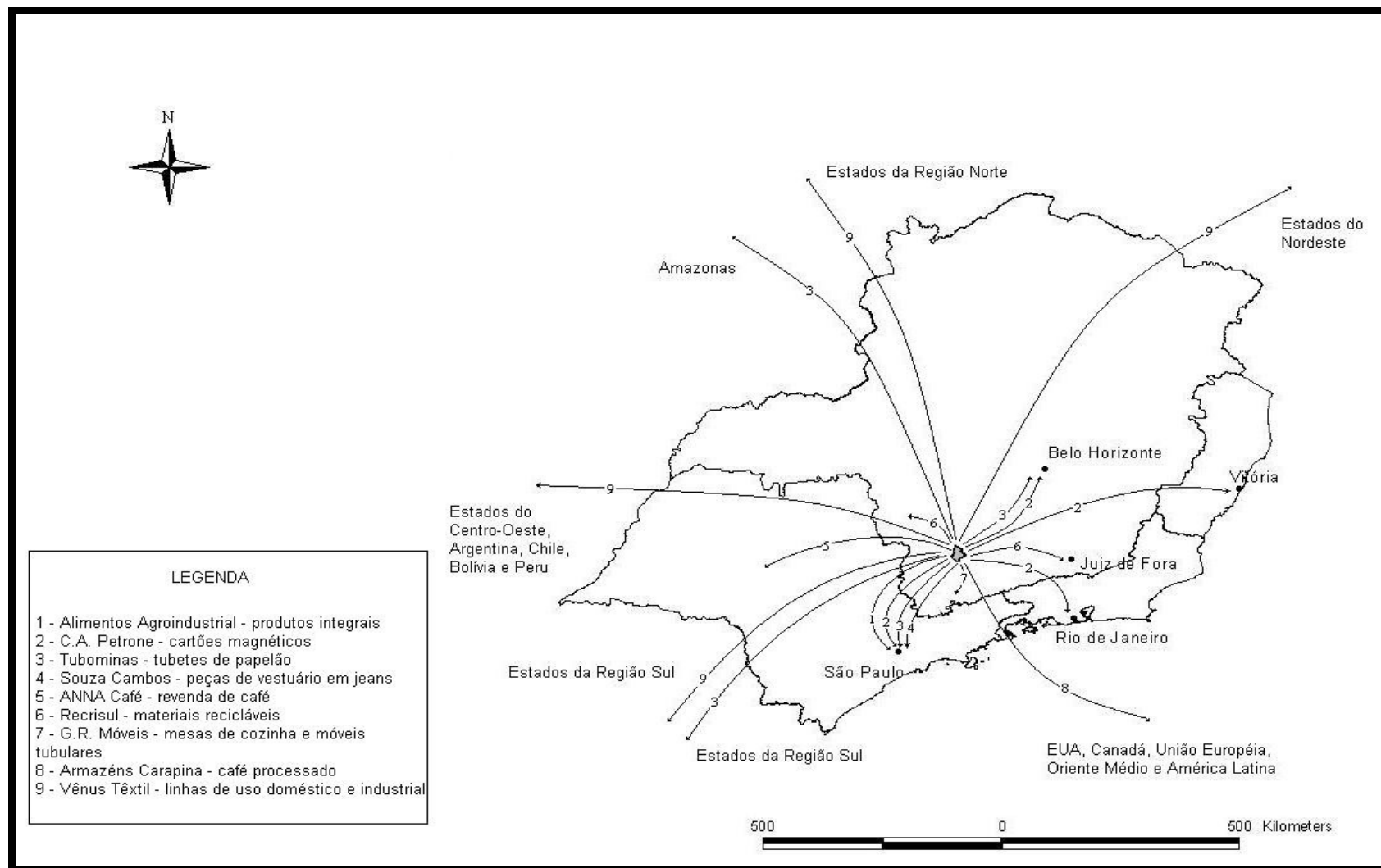


Figura 10: Principais destinos da produção das empresas do Distrito Industrial de Elói Mendes (MG) - 2006.

Autor: Weslei Assis da Silva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço geográfico consiste em um produto social, e caracteriza-se por seu dinamismo, ou seja, está em constante mudança. Os agentes políticos e econômicos com interesses diversos e utilizando-se dos mais variados discursos (sustentabilidade, desenvolvimentismo, etc...), modelam esse espaço. Os discursos que envolvem a industrialização local em Elói Mendes foram e continuam sendo empregados no que se referem às ações sobre o espaço, dada às rápidas transformações socioespaciais geradas pela indústria. Isto porque a industrialização local representa, na maioria das vezes, um aumento na arrecadação municipal, além de uma maior oferta de empregos e, conseqüentemente, o aquecimento das atividades comerciais, gerando um maior dinamismo à economia.

A implantação de um DI em Elói Mendes, um município de pequeno porte, com tradição em atividades agrícolas e de pequeno peso na economia estadual e microrregional reflete as ações das elites econômicas e políticas, traduzindo uma nítida intervenção do Estado no espaço.

Deste modo, o DI de Elói Mendes é o resultado da conjugação de fatores de ordem local, microrregional, estadual e nacional, pois é preciso compreendê-lo em diferentes escalas, que estão imbricadas.

No âmbito nacional, o movimento de desconcentração industrial do eixo Rio – São Paulo, que convivia com os problemas da economia de aglomeração, aparece como um fator importante, já que muitas empresas deixaram este eixo em busca de áreas onde tivessem menores custos de produção, maximizando seus lucros, como a C.A. Petrone e a Alimentos Agroindustrial Ltda.

No que concerne ao estado de Minas Gerais, a industrialização do interior aparece como um objetivo importante em suas políticas, que visavam modernizar e dinamizar sua economia, aumentando sua relevância em relação aos estados mais dinâmicos do país. Neste cenário surgem vários pequenos DI's, dentre eles o de Elói Mendes.

A microrregião de Varginha, na qual está o município de Elói Mendes, foi diretamente afetada pelo movimento de desconcentração industrial de São Paulo, principalmente pela influência da BR – 381, que liga estes dois centros. Esta influência dinamizou a economia de alguns dos municípios entrecortados por esta rodovia, como

Lavras, Pouso Alegre, Três Corações e Varginha, tornando-se um dos eixos de desenvolvimento de Minas Gerais, segundo Amorim Filho *et al* (2000).

O município de Varginha foi um dos mais influenciados pela rede de fluxos estabelecidos pela BR – 381, e passou a polarizar uma série de serviços e indústrias, aumentando o seu peso não só na microrregião da qual é centro, mas também na mesorregião do Sul de Minas. Para Amorim Filho *et al* (2000), o crescimento acelerado de Varginha pode, inclusive, tornar-se um fator de desequilíbrio regional.

Elói Mendes, por ser o município mais próximo a Varginha, acabou sendo influenciado pela rede de fluxos estabelecidos por este município, assim como pelo eixo de desenvolvimento formado pela Fernão Dias. Além disso, a BR – 491, principal via de acesso a Elói Mendes, passa por importantes cidades do Sul de Minas, como Alfenas, Três Corações, Varginha e Guaxupé, constituindo, segundo os autores acima citados, um outro eixo de desenvolvimento em Minas Gerais.

No que concerne aos fatores locais que possibilitaram a implantação do DI de Elói Mendes, podemos citar a ação dos agentes políticos, responsáveis pelas negociações com a CDI-MG, visando desenvolver o município por meio da industrialização local.

Já as empresas que se instalaram no DI de Elói Mendes, o fizeram por motivos diversos, como a localização do município na região cafeeira do Sul de Minas, fugindo dos problemas encontrados na Grande São Paulo ou pelos incentivos concedidos no DI. Trata-se de empresas de pequeno e médio porte, segundo o número de trabalhadores, que atuam em setores diferenciados, o que dificulta enquadrar este DI nas tipologias propostas por Oliveira (1976) ou Markusen (1995).

Essas empresas têm um importante papel na economia municipal, uma vez que empregam a maior parte da PEA do setor secundário, dinamizando o comércio e os serviços da cidade.

Por atuarem em segmentos variados do mercado, observou-se que as redes de relações internas ao DI são pouco consideráveis. As relações empresariais são efetivadas principalmente com empresas externas ao DI, que podem estar na própria região ou em outras partes do país.

Por outro lado, os fluxos de produtos são variados e atingem vários estados brasileiros, concentrando-se na região Sudeste, onde mais de 60% dos fluxos de materializam. Portanto, a espacialidade das empresas do DI de Elói Mendes é diversificada.

Assim, refletindo a intervenção do Estado no espaço, o DI de Elói Mendes consiste em um espaço produtivo com uma dinâmica interna pouco expressiva, mas que possui uma grande importância para o município, tanto na geração de postos de trabalho, quanto pelo aquecimento das atividades comerciais e de serviços.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno *et al.* Os eixos de desenvolvimento em Minas Gerais e suas tecnopóles. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 5, 2000, Belo Horizonte. Mesas-redondas...Belo Horizonte: 2000, p. 35 – 49.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. O Estado: municípios mineiros. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/>>. Acesso em: 27 mar. 2006.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ELÓI MENDES. Disponível em: <<http://www.aciem.com.br/>> Acesso: em 12 maio 2004.
- BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BESSA, Kelly Cristine F. O. *et al.* Dinâmica sócio-econômica das cidades locais situadas em áreas de cerrado mineiro. Caminhos da Geografia, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 9 – 29, fev. 2002.
- BIAGGINI, José Glauco Carneiro. Elói Mendes: sua memória, sua gente. Varginha, 1999.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço e indústria. São Paulo: Contexto, 2001.
- CEREJEIRA, João. Identificação dos distritos industriais em Portugal. Disponível em: <<http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta124.PDF>>. Acesso em: 12 maio 2004.
- COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.comig.com.br/>>. Acesso em 15 jun. 2006.
- COMPANHIA DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.cdi.mg.gov.br/download.htm/>>. Acesso em: 12 maio 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993. 94 p.
- FONTES, Rosa; FONTES, Maurício (orgs). Crescimento e desigualdade regional em Minas Gerais. Viçosa, 2005.
- FREITAS, Cláudia Maria de. Distrito Industrial e organização do espaço urbano: algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia. 1995. 120 f. Monografia (Bacharelado em Geografia), Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1995.
- GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Clusters e distritos industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações políticas. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte1.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2005.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.mg.gov.br/cidades/own/menuprinc>> Acesso em: 12 maio 2004.

HISSA, Hélio Barbosa. Distritos industriais (ou clusters) como estratégia de desenvolvimento econômico local para o Brasil. 2003. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/colunas/hissa/clusters.html>>. Acesso em 12 maio 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 12 maio 2005.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. Ipeadata. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?593237656>>. Acesso em: 18 jan. 2006.

MARKUSEN, Ann. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 9 – 44, dez. 1995.

MAUAD, Talita Marum *et al.* Análise comparativa entre distritos industriais: uma aplicação do enfoque sistêmico para avaliar projetos de desenvolvimento local. Disponível em: <<http://www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/>>. Acesso em 21 maio 2004.

OLIVEIRA, Elias Mendes; BORGES, Ronan Eustáquio. Dinâmica socioespacial nos distritos industriais da Zona da Mata Mineira. 2006. 43 f. Relatório de pesquisa para o programa PIBIC/CNPq. Viçosa, UFV, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Garcia de. Algumas considerações sobre a implantação de distritos industriais. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 38, n. 4, p. 22 – 69, out/dez. 1976.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELÓI MENDES. Disponível em: <<http://www.eloimendes.mg.gov.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2006.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2000.

RODRIGUES, Maria Lúcia. Estrada, Produção do Espaço e Expansão Industrial. São Paulo: Loyola, 1983.

SAMPAIO, Sílvia Selingardi. A atividade industrial e a organização do espaço geográfico. Documentos Geográficos da ARGEO, Rio Claro, n. 16, 1988.

SAMPAIO, Sílvia Selingardi; CUSTÓDIO, Denise Leonardo. Teoria e prática de políticas industriais: o exemplo de Rio Claro (SP). Geografia, Rio Claro, v. 20, n. 1, p. 5-46, abr. 1995.